

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

LAYSE GLÓRIA LIMA SANTOS

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EJA NO CAMPO NO POVOADO
QUILOMBOLA MUSSUCA, MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS –
SERGIPE

SÃO CRISTÓVÃO

2016

LAYSE GLÓRIA LIMA SANTOS

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE EJA NO CAMPO NO POVOADO
QUILOMBOLA MUSSUCA, MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS –
SERGIPE**

SÃO CRISTÓVÃO

2016

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE EJA NO CAMPO NO POVOADO
QUILOMBOLA MUSSUCA, MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS –
SERGIPE**

BANCA EXAMINADORA EM 02 DE JUNHO DE 2016

PROF^a. DR^a. SÔNIA MEIRE SANTOS AZEVEDO DE JESUS

PROF^a. DR^a. SOLANGE LACKS

PROF^a. DR. JOSE MARIO ALELUIA OLIVEIRA

AGRADECIMENTOS

Agradeço primordialmente a Deus, por me permitir viver e desfrutar das maravilhas que o mundo me ofereceu até hoje; por me dar sabedoria para enfrentar os obstáculos; por me dar forças quando muitas vezes quis fracassar; e por me guiar nesta jornada.

Aos meus familiares por se orgulharem de mim; por me apoiarem; por estarem ao meu lado nos momentos em que mais precisei de ajuda e compreensão.

Aos meus amigos e ao meu namorado por fazerem parte da minha vida; por estarem sempre ao meu lado, me alegrando e contribuindo para minha formação. Agradeço às minhas colegas de turma Gildete e Joseane por me ajudarem na pesquisa de campo.

Em especial, agradeço, aos meus professores pela contribuição em minha formação profissional e pessoal; em especial aos meus professores Evanilson Tavares de França e Soraya Machado Pereira de França, por participarem e contribuírem na minha formação educacional, estando sempre presentes, dando assistência bem como repreendendo quando preciso. À professora Roberta Leite, da qual é impossível esquecer, pois, dentre tantos alunos, ela foi capaz de observar e identificar as qualidades e defeitos de todos, assim como de mim, momento o qual nunca sairá de minha memória. À professora Simone Damm Zogaib, pelos vastos conhecimentos, pela história de vida, pelo amor a vida que encanta a todos, pelas belas palavras que articulava durante as aulas impressionando a todos. À Professora Sônia Meire Santos Azevedo de Jesus pelos ensinamentos, pelos conhecimentos, pela história de vida instigadora e por ser essa Mulher guerreira e batalhadora, a qual é referência como pessoa e profissional.

Muito obrigada a todos!

DEDICATÓRIA

Dedico esta Monografia à minha família, por me apoiarem nas importantes decisões que definiriam o caminhar da minha vida; em memória, dedico ao meu pai, o qual não pôde me acompanhar ao longo da minha vida, à minha bisavó Mazeza que infelizmente não está mais conosco; aos meus amigos, que compreenderam a minha ausência e colaboraram para que eu alcançasse parte do que almejo; aos meus queridos professores, que foram para mim de grande importância, me auxiliando nas dificuldades no processo de aprendizagem, bem como as principais referências como pessoas, que contribuíram para a minha formação profissional e pessoal; e a todos que acreditaram, torceram e oraram para a concretização desta etapa na minha vida.

RESUMO

Esta monografia trata das políticas públicas de EJA em uma comunidade quilombola, referindo-se a sua existência, contradições e conquistas. O interesse por pesquisar esse tema surgiu a partir dos estudos realizados no Projeto de pesquisa do Observatório, na Universidade Federal de Sergipe, sobre os movimentos sociais e as lutas por uma educação do campo, pautada na realidade da comunidade quilombola Mussuca. Diante das visíveis contradições entre as políticas públicas de educação do campo e a realidade dessa comunidade, o objetivo geral desta pesquisa é verificar se há políticas públicas de educação de jovens e adultos na Mussuca, se estas têm como referência as questões raciais, além dos princípios de educação do campo aceitáveis para erradicar o número acentuado de analfabetismo nessa comunidade quilombola; os objetivos específicos são identificar as políticas públicas de educação de jovens e adultos existentes nas escolas do quilombo, averiguar os motivos do analfabetismo acentuado na população da comunidade quilombola Mussuca, e analisar o que ocasionou a necessidade da EJA na região. Para responder as questões de pesquisa recorreremos aos estudos de abordagem quali-quantitativa. O tipo de pesquisa foi o estudo de caso, com a realização de uma investigação empírica a partir dos problemas enfrentados pela população local, utilizando uma lógica indutiva, e fazendo uso do levantamento de dados. Os instrumentos utilizados foram os dados dos sensos educacionais, referências bibliográficas, documentos legais e as relatorias dos encontros de formação continuada proposto através do Projeto de Observatório do NETE. O universo da pesquisa bem como a amostragem, serão políticas públicas de educação do campo / Modalidade EJA existentes na comunidade quilombola Mussuca, e sua relação com os aspectos étnico-raciais.

Palavras-chave: Políticas públicas; Educação de Jovens e Adultos; Educação do campo; Educação quilombola; Cultura; Identidade;

ABSTRACT

This paper deals with the public policy of EJA in a quilombo, referring to its existence, contradictions and achievements. The interest in researching this subject arose from studies in the Centre's research project at the Federal University of Sergipe, on social movements and struggles for an education field, based on the reality of the quilombo Mussuca. In the face of apparent contradictions between public policies of rural education and the reality of this community, the general objective of this research is to check for public policy adult education in Mussuca if they are referenced racial issues, beyond the basics acceptable field of education to eradicate illiteracy that marked number of quilombo; the specific objectives are to identify public policies existing youth and adult education in quilombo schools, find out the reasons for the sharp illiteracy in the population of the quilombo Mussuca, and analyze what caused the need for adult education in the region. To answer the research questions we turn to the qualitative and quantitative approach studies. The type of research was the case study, with the realization of an empirical research from the problems faced by the local population, using an inductive logic, and making use of the data collection. The instruments used were the data of educational senses, references, legal documents and rapporteurs of continuing education meetings proposed by NETE Observatory Project. The research universe and sampling, are public policy education field / Modality existing EJA in quilombo Mussuca, and its relationship with the ethnic-racial aspects.

Keywords: Public policy; Youth and Adult Education; Education field; quilombo education; Culture; Identity;

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Número de Empresas atuantes;

Gráfico 2 – Indicadores de Empregabilidade;

Gráfico 3 – Indicadores de Analfabetismo;

Gráfico 4 – Total de pessoas que não sabem ler e escrever, de acordo com o Censo Demográfico 2010.

Gráfico 5 – Não sabem ler e escrever – etnia amarela;

Gráfico 6 – Não sabem ler e escrever – etnia branca;

Gráfico 7 – Não sabem ler e escrever – etnia indígena;

Gráfico 8 – Não sabem ler e escrever – etnia parda;

Gráfico 9 – Não sabem ler e escrever – etnia preta;

LISTA DE SIGLAS

EJA – Educação de Jovens e Adultos

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MEC – Ministério da Educação

NETE – Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação

PDE – Plano de Desenvolvimento na Escola

PDDE – Programa Dinheiro Direto Na Escola

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. A COMUNIDADE QUILOMBOLA MUSSUCA	15
1.1 LOCALIZAÇÃO	15
1.2 MARCOS DA HISTÓRIA DO NEGRO E O SURGIMENTO DOS QUILOMBOS	22
1.3 O NEGRO NO MERCADO DE TRABALHO: AS RELAÇÕES TRABALHISTAS NO POVOADO MUSSUCA	26
2. POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA	29
2.1 CARÁTER HISTÓRICO DA INSERÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO DO CAMPO	29
2.2 LEGALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO QUILOMBOLA	33
2.3 INDICADORES DE ANALFABETISMO NO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS – SE	38
3. AS QUESTÕES DA POLÍTICA ÉTNICO RACIAL E O ENSINO DE EJA NO POVOADO QUILOMBOLA MUSSUCA	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	57
ANEXOS	60

INTRODUÇÃO

Em 2012, comecei os estudos na Universidade Federal de Sergipe e tive a oportunidade de estudar na disciplina Política e Educação que retratava sobre as relações de envolvimento entre esses dois eixos, sendo esta, ministrada pela Prf^a Dr^a Sônia Meire Santos Azevedo de Jesus. A partir das leituras e debates em sala, surgiu-me o interesse em conhecer mais sobre as políticas educacionais, e posteriormente sobre a educação do campo, em específico. Desde então, me inseri como participante do Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação – NETE, e me tornei bolsista do Projeto do Observatório, financiado pelo Governo Federal.

A disciplina citada acima bem como os estudos realizados, me fizeram identificar algumas distinções na educação brasileira, tais como o número elevado de analfabetos, mesmo havendo um discurso de acréscimo ao acesso à educação, a inalterabilidade da situação de colapso educacional, as contradições entre o desenvolvimento do país, em todas as instâncias e a situação da população brasileira com relação à qualidade de vida, bem como, o inchaço populacional nas cidades, provocado pela excessiva migração de pessoas do meio rural para o meio urbano em busca de melhores condições de vida.

Remetendo-se à educação, essa situação gerou o aumento de crianças e jovens nas escolas urbanas. Fator que, em um dado momento fora considerado erroneamente como um painel de demonstração da democratização da educação, porque, concomitantemente com o aumento do acesso às escolas, a qualidade da educação oferecida por estas passou a ser prejudicada.

Esta circunstância desencadeou na diminuição da qualidade do ensino e da aprendizagem oferecidas pelas escolas públicas, por permitir que, por exemplo, se elevasse o número de crianças e jovens por sala, inviabilizando o desenvolvimento dos educandos. Em contrapartida, se ampliarmos os nossos olhares, identificamos que essa condição de precarização encontrada nas cidades, pode ser identificada no campo quando observamos o descaso que há para com a população rural, sendo esta, excluída e esquecida do sistema, já que nela permaneceria uma parcela da população a qual não tivera condição, ou até mesmo anseio, de migrar para as cidades. Em contrapartida a essa condição posta para os camponeses,

um projeto econômico para o campo, a partir da agropecuária (monocultura e latifúndio), foi se aprofundando.

Essas incoerências existentes na sociedade, também estão visíveis em todo o âmbito educacional, envolvendo-me de tal maneira que decidi buscar algumas respostas para essas situações. Em contato com a realidade das pessoas que vivem no campo, a partir das pesquisas desenvolvidas pelo grupo do Observatório na comunidade quilombola Mussuca, município de Laranjeiras – SE, pude perceber que o sistema de ensino nessas áreas ainda permanece precário, pois, o ensino ofertado para essa comunidade, esquivava-se dos parâmetros encontrados para uma educação do campo, no que diz respeito ao ensino com base na realidade das pessoas que vivem nessa região e, ao mesmo tempo, distancia-se da educação quilombola que trabalha a partir da cultura étnico-racial.

Por meio desses questionamentos e adversidades encontradas no sistema em que estamos inseridos, optei por escrever sobre a educação do campo, tendo como base o ensino oferecido por essa região, verificando os desprendimentos e contradições que existem quando nos referimos às políticas públicas encontradas para o meio rural e à realidade de uma comunidade quilombola, buscando a trajetória e os embates enfrentados pelos trabalhadores e os movimentos sociais por uma educação coerente e coesa com a população camponesa – uma Educação do Campo a qual já possui em sua proposta o ensino/aprendizado a partir do concreto, proporcionando aos educandos adquirirem conhecimentos com base nas peculiaridades de onde residem, suas experiências, sua história de luta e resistência.

Com relação aos aspectos identificados acima para uma educação no campo e, se tratando de uma pesquisa em uma comunidade quilombola, podemos identificar que, no conjunto das legislações existem orientações para uma educação étnico-racial pautada nos saberes da região. Entretanto, se analisarmos algumas escolas situadas nas comunidades quilombolas, podemos identificar que essas especificidades não estão sendo trabalhadas. Talvez aí esteja uma das razões para um número elevado de pessoas não escolarizadas, principalmente, no campo.

Todavia, é importante ressaltar que, esse não é o único dado relevante para essa pesquisa, pois, se verificarmos a faixa etária de pessoas analfabetas existentes no país, é muito provável que encontremos muitos jovens e adultos não escolarizados, principalmente no campo. Portanto, as perguntas que levaram à pesquisa foram: existindo leis, políticas públicas

de educação do campo, bem como um currículo reformulado para as instituições campesinas voltadas para as questões étnico-raciais (no caso dos quilombos), existem políticas públicas de educação estruturadas no âmbito de educação de jovens e adultos na comunidade Mussuca? Essas políticas tem referência na cultura étnico-racial? E, se tratando de uma educação no meio rural, tem referência aos princípios de educação do campo?

A fim de buscar respostas que justifiquem ou reneguem a hipótese de que não há políticas públicas estruturadas, mas programas de Educação de Jovens e Adultos – EJA, que se distanciam da cultura de matriz africana e dos preceitos da educação do campo, esta pesquisa será de abordagem qualitativa, pois, pretende analisar a condição da educação oferecida para as escolas do campo no povoado Mussuca, utilizando a média dos dados de matrícula, abandono, distorção idade-série, reprovação, bem como averiguar as políticas públicas existentes na escola escolhida para amostragem (A Escola Municipal José Monteiro Sobral). Vale destacar que, ao iniciar a pesquisa nessa instituição, ocorreu um impedimento que atrasou o progresso da mesma: a escola em greve, que, portanto, impossibilitou a realização dos questionários com os alunos bem como com a equipe de professores.

O objetivo geral desta pesquisa é verificar se há políticas públicas de EJA na Mussuca, se estas têm como referência as questões raciais, além dos princípios de educação do campo aceitáveis para erradicar o número acentuado de analfabetismo nessa comunidade quilombola; os objetivos específicos são identificar as políticas públicas de EJA existentes nessa escola do quilombo, averiguar os motivos do analfabetismo acentuado na população da comunidade quilombola Mussuca, e analisar o que ocasionou a necessidade da EJA na região.

O método a ser utilizado possui atributo crítico a partir de aproximações com o materialismo histórico-dialético, porque pretende analisar criticamente os fenômenos das relações e contradições sociais que ocasionam as lutas no campo e, o surgimento dos movimentos sociais; bem como, a condição da educação na comunidade quilombola prejudicada pelo sistema econômico capitalista, que transforma a própria cultura quilombola em mercadoria enquanto explora a mão-de-obra da população.

O tipo de pesquisa utilizado foi o estudo de caso, pois, ocorreram observações sobre a realidade educacional vivenciada na comunidade Mussuca, além de uma investigação empírica, utilizando uma lógica indutiva, e realizando o levantamento de dados, explicando o porquê deles.

A princípio as categorias eleitas para realizar a análise do objeto foram a contradição, mediação e superação. O universo da pesquisa foi à comunidade quilombola Mussuca, no município de Laranjeiras – SE. Como amostra da pesquisa foi selecionada a Escola Municipal Prefeito José Monteiro Sobral, por ser a primeira escola envolvida no Projeto do Observatório, explicitado anteriormente, e a única escola onde possui aulas de EJA em turno vespertino.

A monografia está dividida em três capítulos. O primeiro capítulo denominado “A comunidade quilombola Mussuca” retratará sobre a localização da mesma, seu surgimento, os aspectos culturais e históricos referentes à sua identidade, bem como, as relações trabalhistas existente na região e, relevantes para a tentativa de resolução da hipótese apresentada.

O segundo capítulo, “Políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos para uma comunidade quilombola”, retomará a historicidade da luta dos movimentos sociais por uma educação específica e coesa com a realidade vivenciada pelos camponeses, além de explicitar algumas conquistas dos mesmos por escolas no campo, e por um currículo adequado, exemplificando algumas políticas públicas de educação que foram criadas para a educação do campo, expondo aspectos relativos ao reconhecimento de quilombos e suas relações educacionais, apresentando a especificidade da educação quilombola, bem como dados referentes aos índices de analfabetismo, matrícula, distorção idade-série, e reprovação, relacionando-os com a Educação de Jovens e Adultos na Mussuca.

Já no terceiro capítulo, “O ensino no povoado quilombola Mussuca”, foram apresentadas algumas reflexões a partir de observações e estudos realizados em uma escola pública da rede Municipal da localidade, tendo como eixo das ponderações a educação do campo em uma região quilombola, o índice de analfabetismo, a educação de jovens e adultos, bem como a relação entre a educação quilombola e a realidade encontrada na comunidade, remetendo-se aos aspectos, históricos, econômicos, políticos e culturais a partir de um discurso étnico-racial e da construção de uma identidade própria.

CAPITULO I

A COMUNIDADE QUILOMBOLA MUSSUCA

1.1. LOCALIZAÇÃO

Laranjeiras, município que o povoado Mussuca pertence, possui a população estimada em 2015 de 29.130 pessoas, reunidas em uma área territorial de 162,280 km², segundo o IBGE. O município tem o Índice de Desenvolvimento Humano em 2012 de 0,642.

O povoado a ser analisado trata-se de um povoado quilombola, que ainda não adquiriu a titulação de suas terras, tendo uma população estimada de dois mil habitantes, e certificada, de acordo com o Livro Cadastral L05/RG465/FL73, em 20 de janeiro de 2006 - processo n.º 01420.003078/2005-11.



Fonte: Acervo do autor. 2016.

Entrada do povoado Mussuca / Laranjeiras (SE).

A Mussuca é caracterizada a partir das suas construções arquitetônicas que trazem consigo aspectos do período colonial. A sua história é formada a partir de narrativas que são

repassadas de geração em geração, que descreve o surgimento do povoado a partir das fugas realizadas pelos negros no período do Brasil Colônia, reunindo-os em quilombos, situados em áreas mais elevadas do município, hoje conhecida como povoado Mussuca.



Fonte: Acervo do autor. 2016.

Rua principal, na entrada do povoado Mussuca / Laranjeiras (SE).

Segundo o Decreto 48887/2003,

consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

Para tanto, este povoado está localizado em uma latitude 10°48'23" sul e a uma longitude 37°10'12" oeste, estando a uma altitude de 9 metros, estando ao Leste do Estado de Sergipe, na Região no Vale do Cotinguiba, no Município de Laranjeiras – SE, segundo o IBGE. Nele, habitam dois mil habitantes, 600 famílias, distribuídas por todo o território (LARANJEIRAS, 2006). A economia do povoado tem como base a pesca, a agricultura, e a extração de minérios. Segundo o senso do IBGE, 2013, possuem 264 unidades de empresas multinacionais atuantes na região, que se alocam nos arredores (em sua grande maioria no próprio município de Laranjeiras) para absorverem a riqueza local, prejudicam àqueles que

vivem da extração, retirando tudo àquilo que a própria população poderia usufruir para seus devidos interesses.

Quanto à estruturação da Mussuca, a mesma possui sistema elétrico, rede telefônica, água potável, as ruas são pavimentadas, associações comunitárias, igrejas (católicas e evangélicas), praças, cemitério, comércios locais, entre outros.



Fonte: Acervo do autor. 2016.

Praça após a entrada do povoado Mussuca / Laranjeiras (SE).



Fonte: Acervo do autor. 2016.

Praça após a entrada do povoado Mussuca / Laranjeiras (SE).



Fonte: Acervo do autor. 2016.

Cemitério do povoado Mussuca / Laranjeiras (SE).



Fonte: Acervo do autor. 2016.

Vista de áreas de plantações ao fundo das casas, no povoado Mussuca / Laranjeiras (SE).



Fonte: Acervo do autor. 2016.

Plantações próximas à entrada do povoado Mussuca / Laranjeiras (SE).

Ao que foi explicitado sobre esse povoado, e conforme o INCRA é importante retratar que,

As comunidades quilombolas são grupos étnicos – predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana –, que se autodefinem a partir das relações específicas com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias. Estima-se que em todo o País existam mais de três mil comunidades quilombolas.

Fator este, citado acima, que justifica o povoado Mussuca em ser tão rico e reconhecido por meio de suas manifestações culturais, tendo entre eles o Samba de coco, o São Gonçalo, o Reisado e o Samba de Parreira, criados pela própria população como um meio de distração e propagação da cultura transmitida de geração em geração. Além disso, essas tradições possuem cunho religioso, tendo como suas raízes a origem africana.



Fonte: Jornal da Cidade. 2016.

“Grupos folclóricos estão contando e mantendo a tradição histórica do povoado Mussuca / Foto: Ricardo Torres”.

(Disponível em <<http://www.jornaldacidade.net/noticia-leitura/118/36327/mussuca--tradicao-mantida-pelo-folclore.html#.VxJj9vkrLIV>>).



Fonte: Acervo do autor. 2016.

Vista de um dos pontos altos no povoado Mussuca / Laranjeiras (SE).

Para entendermos a realidade dessa comunidade remanescente de quilombo é importante conhecermos um pouco sobre a história da sua formação, que nos remete a uma reflexão sobre a vinda dos afrodescendentes para o Brasil durante o século XVIII, com o objetivo de trabalharem nas Minas de ouro e nas plantações de cana de açúcar, já que os mesmos eram vistos como mão de obra barata. Essa história tem como ênfase a vinda dos negros para o ocidente a partir da captura dos mesmos pelos europeus de várias nacionalidades e postos nas condições de escravizados, sendo eles tratados e comercializados como objetos de pouca valia. Para tanto, vale destacar que ao estudarmos sobre a África a mesma era considerada sem importância e, abordado como uma área isolada dos demais países do Oriente, assim como podemos observar no ensino regular (pelos livros didáticos), que apresenta o país africano durante um curto tempo, geralmente na semana em que se comemora o dia da consciência negra, restringindo-se a aspectos de uma visão dominadora (por meio do sistema capitalista), sem retratar as riquezas culturais, religiosas, econômicas, e geográficas da África.

1.2. MARCOS DA HISTÓRIA DO NEGRO E O SURGIMENTO DOS QUILOMBOS

Antes de aprofundarmos a pesquisa em relação à realidade encontrada na comunidade quilombola Mussuca com relação à educação ofertada nessa região, é importante retrocedermos na linha do tempo para entendermos as relações que ocasionaram o descaso com a educação para o campo, e assim para os quilombos.

Durante a Idade Média, houve uma grande expansão e exploração ao Norte da África, pois, foram descobertas grandes áreas de mineração que posteriormente foram condicionadas ao domínio mundial desenvolvendo o comércio a longa distância, ampliando toda a economia do Oriente. As tecnologias que eram vistas nessa época referiam-se a mão-de-obra negra, escravizadas pelo tráfico negreiro para habitar e trabalhar na agricultura da América.

É importante ressaltar que, além da mão-de-obra negra escravizada, encontra-se no Ocidente a mão-de-obra indígena, que lá já habitava, resistindo à opressão. Esse foi um dos motivos pelos quais o negro foi a opção mais eficaz para o trabalho na América, pois, os índios que lá viviam já conheciam as matas, e muitos deles fugiam; os portugueses por estar explorando esta nova terra, não possuíam conhecimentos a respeito delas, tão quanto tinham os indígenas. Portanto, trazer os negros de outro país para o continente Americano era retratado como um ótimo negócio a ser feito.

Assim, eles seriam condicionados a viverem como escravos permanentemente, sem conhecer a região, sem condições de sobrevivência fora das casas senhoriais, e muitos deles adoentados desde os trajetos nos navios negreiros, sem nenhuma condição de higiene; além de estarem longe de suas famílias, do lugar onde nasceram, sendo maltratados, chicoteados, punidos, restritos de sua própria cultura, mal vestidos e mal alimentados.

É nesse sentido que destacamos a importância de retratar a África como uma região cheia de significados e significantes, que vai além de uma história contada por livros didáticos. Segundo a autora Elisa Larkin Nascimento, o continente Africano é reconhecido como o berço da humanidade e da civilização, foi lá que surgiram os primeiros requisitos de uma sociedade organizada, bem como o surgimento da espécie “Australopithecus” que evolutivamente nos remeterá a espécie Homo sapiens e posteriormente se transformará no homem moderno.

Essa transformação foi ocorrendo durante milhões de anos atrás, desde a evolução da inteligibilidade do homem primitivo, até a perda dos pelos e a exposição do sol, a migração deles para outras regiões, justificando assim a tonalidade de pele; a capacidade de observação que os levou a descobrir e aperfeiçoar instrumentos de caça para sua sobrevivência, a descoberta e domínio do fogo, a alimentação por meio de vegetais e, com o fogo a diversidade de seu preparo; a habitação em cavernas, a invenção da agricultura desencadeada a partir da observação desses homens às margens dos rios, acontecimento que provocava a fertilização da terra, transformando os homens nômades em sociedades organizadas as beiras dos rios, a domesticação de animais, bem como o aumento populacional, o que posteriormente gerou a origem de cidades e civilizações.

A história da África é muito mais rica e abrangente do que podemos encontrar nos arquivos sobre ela. Por isso a necessidade de se pesquisar e estudar sobre a cultura Africana. É através dela, que encontramos a diversidade cultural e de religiões que perduram durante anos. Foi através das práticas de capoeira, por exemplo, que muitos negros conseguiram fugir das senzalas para as matas fechadas, se constituindo grupos e criando assim os denominados quilombos.

Porém, antes de nos referirmos sobre esse assunto, é extremamente importante que vejamos o que é um quilombo. De acordo com o INCRA,

O termo quilombo é uma categoria jurídica usada pelo Estado brasileiro a partir da Promulgação da Constituição Federal de 1988, visando assegurar a propriedade definitiva às comunidades negras rurais dotadas de uma trajetória histórica própria e relações territoriais específicas, bem como ancestralidade negra relacionada com o período escravocrata. Nesse sentido, há outras terminologias para o termo quilombo, como Terras de Preto, Terras de Santo, Mocambo, Terra de Pobre, entre outros.

O mais famoso deles, é o quilombo dos palmares, tendo como líder o Zumbi dos Palmares. Palmares se constituiu na região mais fértil da antiga capitania de Pernambuco, atual Estado de Alagoas, em uma área montanhosa, que dificultava o acesso e captura dos negros.

Esse quilombo foi formado por quase 40 negros de Guiné dos engenhos de Porto Calvo. Sua economia tinha como base a prática agrícola (técnicas de regadio), os recursos hidrográficos, a vegetação, a fauna regional, bem como a pluviosidade das terras. A ocupação de outros povos nas terras que hoje formam o Brasil foi tão intensa, a exemplo dos Holandeses, que provocaram o aumento das fugas e a desarticulação da dominação portuguesa.

Palmares tinha 27 mil km de extensão, chegando a ter de 20 a 30 mil habitantes. Entretanto, como as fugas ocorriam mais por parte dos homens, havia o que o Autor Clóvis Moura denomina de desequilíbrio sexual, impulsionando os negros “fugitivos” a raptarem brancas e negras das casas senhoriais para os quilombos. A linguagem era basicamente o português de Portugal misturado às formas africanas. Posteriormente viu-se surgir novas formas de desenvolvimento, como: o artesanato, a produção de instrumentos musicais, cachimbos de barro, e a área mais ampliada que foi a metalurgia.

A busca pelos negros que fugiam das grandes casas foi tão intensa, que o Quilombo do Palmares viu-se obrigado a criar uma força militar, para o combate. Palmares foi um grande obstáculo para a economia da metrópole, que desencadeou na contratação de Domingos Jorge Velho, um bandeirante português, para matar todos os negros fugitivos que permaneciam naquela região. Após uma tentativa frustrada, um negro foi capturado, Antônio Soares, que em troca da sua liberdade, entregou a localização de Zumbi, que foi capturado e morto no dia 20 de Novembro de 1695.

Em 13 de maio de 1888, foi assinada a Lei Áurea, que libertava todos os negros da escravidão. Contudo, um assunto começa a surgir nessa época, à questão da propriedade privada. Se a partir desta Lei os negros seriam libertos, para onde eles iriam? Se as terras pertenciam aos seus dominantes, portanto, muitos negros acabavam voltando para as casas senhoriais, para trabalharem, não mais como escravizados, em troca de comida e moradia. Outro conjunto de “ex-escravos” passaram a ocupar as regiões que hoje se denomina favelas. É a partir desse momento que começa a surgir a divisão de classes, expondo o negro como um ser inferiorizado em meio a comunidade branca.

O interesse de lucratividade pelos brancos era intenso, criando-se uma política migratória, ideologizada pelo branqueamento da população. Ou seja, a passagem do trabalho escravo, para o trabalho assalariado, desembocou na facilitação da entrada dos imigrantes para se destinarem à agricultura, ocorrendo o que se chama de escamoteamento da realidade social. Por meio desse momento histórico, começam a surgir os protestos dos trabalhadores imigrantes contra a exploração do trabalho, tendo-se como exemplo a Revolta de Ibicaba, em 1850.

Portanto, a partir desse momento toda e qualquer opressão passa a ser camuflada por meio de um discurso de democracia racial, culpando-se o negro, por exemplo, pela sua

própria inferiorização social, econômica e cultural, bem como pela sua discriminação e opressão.

1.3. O NEGRO NO MERCADO DE TRABALHO: AS RELAÇÕES TRABALHISTAS NO POVOADO MUSSUCA

Tratando-se dessas disparidades que encontramos entre os ditos brancos e negros que nos foi apresentado com dados históricos anteriormente, e o discurso de democracia étnico-racial, o IPEA, 2014, trás o seguinte dado que vale ser refletido:

[...] Os negros possuem nível de renda per capita familiar menor que os brancos, sendo mais numerosos nas faixas de rendimento com menos de 0,5 salário mínimo de renda mensal per capita familiar. Apesar das disparidades entre negros e brancos em relação à renda per capita, existem aspectos positivos, a destacar: os negros deixaram de estar concentrados majoritariamente entre os mais pobres. A parcela com menos de 0,5 salário mínimo passou de 65,8%, em 2001, para 38,6%, em 2012, uma redução muito significativa, embora ainda sejam maioria entre os pobres. O total de brancos nesta faixa de renda era de 19,2% em 2012.

Entretanto, mesmo havendo uma redução quanto à porcentagem de pessoas negras presentes na faixa de pobreza, essa redução não condiz com a realidade presente em nossa sociedade. Garantia de um salário mínimo, não significa dizer que essas pessoas possuem melhores condições salariais, de emprego, ou de vida; muitas vezes, trabalham durante toda a semana, por mais de um turno por dia, se esforçando para ganharem ao final da semana ou do mês, o mínimo possível para sustentar sua família e/ou sobreviver.

É mediante a esse discurso que devemos refletir como a sociedade esta organizada. Será que houve realmente melhorias? Teve-se redução no número de pessoas na faixa de pobreza? O que houve com aquelas pessoas que permaneceram ganhando 0,5 salário mínimo? Possivelmente, essas são as pessoas que encontramos no meio rural, sobrevivendo como podem por meio da agricultura, da pecuária, quando possui um micro pedaço de terra; situação esta vivenciada por muitos camponeses no Brasil; terra essa muitas vezes apanhada pelo Estado, devido a não titulação das mesmas. Esses são fatores importantes que devem ser repensados quando se trata de um povo marcado pela luta a favor da vida.

Todavia, esse não é o único descompasso a ser destacado quando nos referimos às questões salariais e as condições de vida de uma população rural de matriz africana. De acordo com o IBGE, referentes ao ano de 2013, foram registradas 264 unidades empresariais

atuantes em Laranjeiras – SE, com salários médios mensais de 3,9 salários mínimos. Se analisarmos esses dados identificamos que, de uma população de 29.130 habitantes, apenas 6.488 pessoas são assalariadas, o que equivale a, aproximadamente, 22% da população empregada. O IBGE trás outro índice bastante relevante para situarmos a relação entre a alocação dessas empresas e a condição de vida da população, na qual o mesmo indica o total de 6.708 pessoas com ocupação, ou seja, se retirarmos o número de pessoas assalariadas, identificamos que 220 pessoas possuem renda de qualquer outro valor estimado, o que equivale a 23% da população total que permanecem ativas, sejam elas no mercado de trabalho ou executando outra forma de adquirir renda.

Portanto, faz-se importante questionarmos como o restante da população sobrevive, sendo que, de um total de 29.130 pessoas, 77% não possuem renda. Com 264 unidades atuantes, um salário razoavelmente inferior, por que existem tantas pessoas desempregadas? Talvez, pela não oportunidade de emprego na localidade onde as mesmas residem, mesmo tendo alocação de empresas multinacionais, fazendo com que elas tenham que se deslocarem para outros municípios, cidades ou outros estados em busca de novas oportunidades de emprego. Situação esta que encontramos, por exemplo, na cidade de Aracaju, onde várias pessoas de outros municípios se esforçam para conseguirem um emprego na capital, e conseqüentemente obter renda financeira para a sua sobrevivência e a da sua família.

Para tanto, se observarmos a situação de alocação de empresas multinacionais com os municípios de população entre 25.000 a 30.000, há um número elevado de empresas atuantes, tendo uma média de 250 a 504 unidades, como explicita os dados do IBGE, referentes ao ano de 2013, de acordo com o gráfico abaixo.

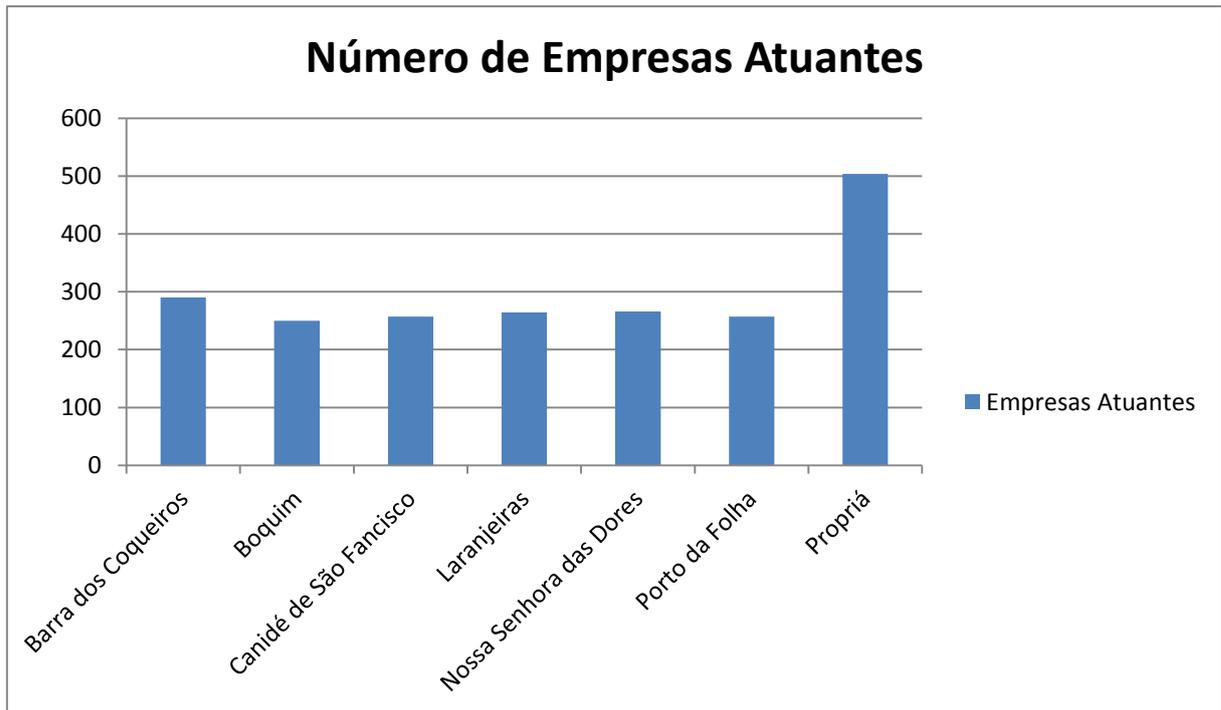


Gráfico 1. Fonte: IBGE. 2013.

No Município de Laranjeiras, em uma das visitas à localidade, pude identificar cinco dessas empresas atuantes na região, que são: Fábrica de Cimento Nassau, Cimesa, Votorantim Cimentos, Fábrica de Fertilizantes e Nitrogenados Fafen, e a Usina São José do Pinheiro S/A (fabricante de açúcar).

Além desses dados, é importante observarmos que de acordo com o número populacional de cada município selecionado para análise¹, o número de pessoas assalariadas permanece muito inferior ao número de pessoas desempregadas. (Ver gráfico abaixo)

¹ Dados sobre a estimativa populacional de alguns municípios de Sergipe em 2015, segundo o IBGE: Barra dos Coqueiros: 28.677 pessoas; Boquim: 26.750 pessoas; Canidé de São Francisco: 28.279 (Não há indicadores a respeito da taxa de analfabetismo); Laranjeiras: 29.130; Nossa Senhora das Dores: 26.240; Porto da Folha: 28.492; Propriá: 29.655.

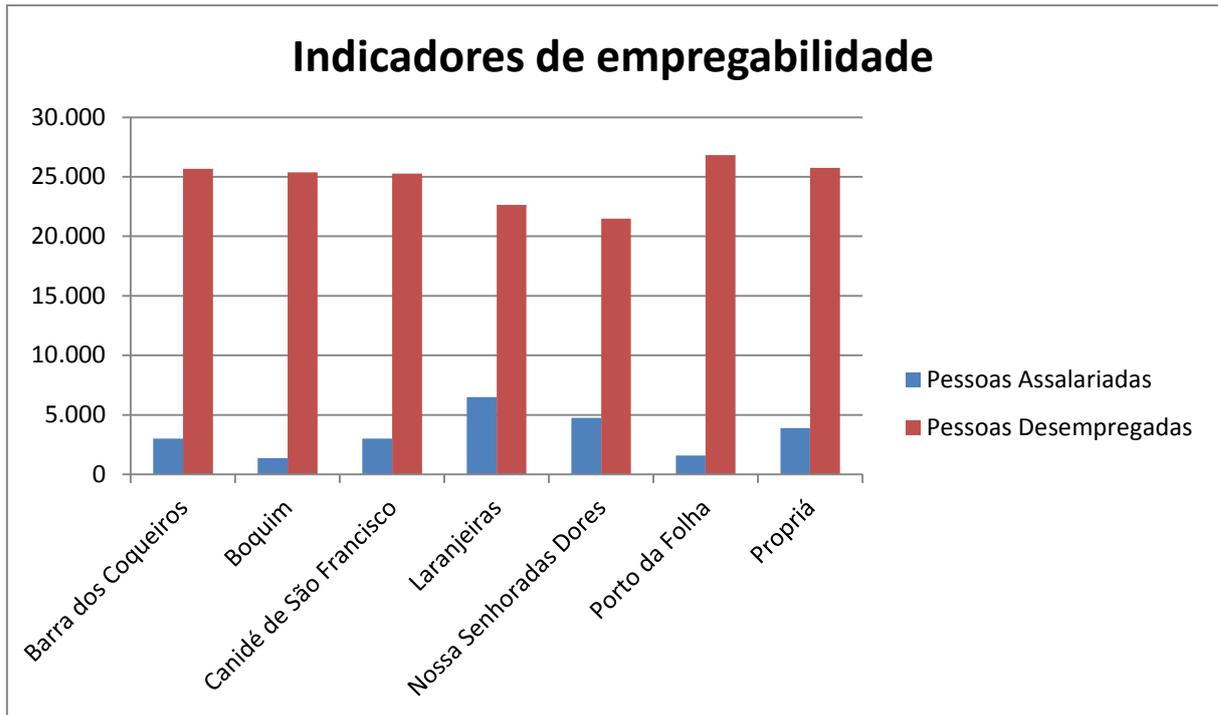


Gráfico 2. Fonte: IBGE. 2013.

Como podemos observar, há em média e aproximadamente, 12,5% de pessoas² assalariadas de acordo com esses municípios, ou seja, uma porcentagem extremamente pequena se compararmos com a estimativa populacional dos mesmos. Há um número razoável de unidades empresariais nessas localidades, mas que só consegue suprir menos de 1/5 da população.

Esse é um fator primordial para refletirmos as questões que envolvem as condições de vida dos habitantes do Município de Laranjeiras, bem como as questões educacionais que podem ter correlação com os dados apresentados anteriormente.

² Porcentagem de pessoas assalariadas de acordo com cada município, aproximadamente: Barra do Coqueiros: 11,7%; Boquim: 5,3%; Canindé de São Francisco: 11,9%; Laranjeiras: 28,6%; Nossa Senhora das Dores: 22,1%; Porto da Folha: 5,9%; Propriá: 15,1%.

CAPITULO II

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA

2.1 CARÁTER HISTÓRICO DA INSERÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

Previamente, devemos destacar as circunstâncias em que se encontrava a sociedade em sua totalidade histórica. Desde os primórdios do surgimento do capitalismo, entre os séculos XI e XV, e assim posteriormente, após a mudança do sistema econômico e social dos feudos para as cidades, a sociedade sempre esteve composta por classes sociais antagônicas, determinadas de acordo com o poderio econômico e social. Dentre os momentos que delimitaram os períodos da historicidade econômica, podemos destacar o que equivale às lutas de classes, denominação posta por Karl Marx e Friedrich Engels (1998).

Por mais que esse período se identifique como o momento de construção de uma sociedade urbana e comercial, a agricultura continua sendo o principal meio de produção, porém, para fins capitalistas, já que o campo apresenta-se de maneira favorável a industrialização e tendo o camponês como um apêndice da exploração industrial, ou seja, o trabalhador rural como dependente do mercado (KAUTSKY, 1980). Com base nesse contexto, e a fim de impor determinações de uma classe dominante, identifica-se a escola como uma das principais ferramentas de transmissão desse pensamento capitalista, na qual se evidencia os desprendimentos que há quanto ao modelo de educação oferecido para as escolas camponesas, as quais se concretizaram a partir da luta dos movimentos sociais de esquerda em busca da democracia e dos seus direitos.

Com isso, e diferentemente da educação rural, que já existe desde a época do Brasil Colônia e República, apresentando um modelo de educação que tem como base a mesma estrutura de ensino oferecida pelas escolas urbanas, a Educação do Campo vem sendo construída por meio desses confrontos entre os movimentos sociais e o posicionamento do Estado. Os camponeses se instituíram como grupo de pessoas em busca dos mesmos objetivos, para uma ação coletiva contra as desigualdades sociais postas para eles, através de um embate político-social.

Desde a década de 70, esta luta vem sendo intensificada com o intento de promover uma educação que atendesse às especificidades do campo, ou seja, uma educação pautada nos saberes da terra, da comunidade local, e das experiências que a população campestre adquiriu durante o processo de aquisição das terras e pela sobrevivência. Requisitos estes que estão contidos nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, 2002.

Segundo Pinheiro (2011), “[...] a educação do campo tem se caracterizado como um espaço de precariedade por descasos, especialmente pela ausência de políticas públicas para as populações que lá residem.”. Os campestres são constituídos através de pessoas das classes oprimidas pela sociedade, ou seja, o negro, o imigrante, o índio, raças que desde o princípio lutam por direitos e deveres que lhes caibam, sendo estes intensificados após a ditadura militar.

Com esse discurso, vale ressaltar que, de acordo com o DECRETO Nº 7.352, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2010, em seu §1º, entende-se por:

I - populações do campo: os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural; e

II - escola do campo: aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo.

Com base nessas conceituações, é perceptível que, de acordo com o quesito II, do decreto acima, e realizando um contraponto com a realidade exposta encontrada em vários municípios do Estado de Sergipe, viu-se que muitas escolas localizadas na área rural estão em condições inacessíveis e até mesmo sendo fechadas, oprimindo assim, o direito da população que vive no campo ao acesso à educação.

De acordo com o documento “Educação do campo: diferenças, mudando paradigmas” (Brasil/MEC/SECAD, 2007), a Educação do campo trata-se de uma política objetivada a mudar a realidade da educação campestre, que está marcada pelo analfabetismo e pela luta dos movimentos, afim de que haja uma interação entre a escola e o modo de vida da comunidade. Entretanto, se relacionarmos esse dado com as pesquisas e os estudos que o grupo do NETE vem realizando, percebemos que de fato existem políticas públicas para a educação do campo, porém, há um grande descaso por parte dos governantes em não exercer as recomendações contidas nas legislações que deveriam estar sendo postas.

Com isso, para entendermos melhor o papel das políticas públicas, cabe destacar que o conceito de política se restringe a um ato de tomada de decisões, portanto, as políticas públicas, são determinações tomadas a partir de um grupo de pessoas, que buscam a relação entre a comunidade, a sociedade e o governo. SOUZA, 2007 ratifica que, política pública é o

campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, —colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações e ou entender por que o como as ações tomaram certo rumo em lugar de outro (variável dependente). Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real. (p. 26).

As políticas públicas visam prioritariamente às mudanças e ações propostas pelos governos, e que em sua maioria não atendem às necessidades do conjunto da população, ou seja, em outras palavras e de maneira exemplificada, como propor para a população que vive no campo uma educação urbana, executada nas escolas dos centros municipais, sem ao menos ofertar transportes adequados, bem como a manutenção destes, e assegurar que essa parcela da população obtenha êxito em sua escolarização? Esse pode ser um questionamento que venha a justificar os resultados de fracasso que encontramos no processo de alfabetização e letramento nas escolas, a ausência de conexão que há, entre aquilo que é proposto e a realidade de onde essas ações são colocadas.

Conforme Muller, 1994, “é importante considerar a noção de políticas públicas como sistema de ação e de conhecimento.” Em outras palavras, as políticas públicas são formuladas para promover a veracidade das ações para determinados fins, no caso das políticas públicas para as escolas da educação do campo, elas trazem um debate sobre o tipo de educação oferecida para essas escolas e, quais as especificidades devem ser destacadas nessa educação. Ou seja, trazer para o ensino público das escolas do campo as experiências dos atores delas e o contexto em que as mesmas estão inseridas.

Durante o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foram desenvolvidas algumas ações públicas para a educação do campo, tais como: a Escola Ativa, o Pronera, o Projovem Campo, o Procampo, e a Construção de Escolas. Estes compromissos do Plano de Desenvolvimento da Educação, o PDE de 2007, firmado por todos os estados e municípios com o Governo Federal e, meta do novo Plano Nacional de Educação, aprovado em 2015, para promover uma escola do campo própria para a população que nessa área reside, com o propósito de facilitar o acesso e permanência nas escolas, possibilitando uma aprendizagem mais expressiva, já que a educação rural posta para eles não possuem significações coesas,

retendo ao campo o número elevado de pessoas sem escolarização. Entretanto se analisarmos os efeitos dessas políticas de maneira abrangente percebemos que estas não foram suficientes para oferecer uma educação eficaz e coerente com a realidade das pessoas que vivem no campo, já que mesmo com a criação dessas políticas ainda encontramos um número elevado de pessoas sem escolarização vivendo no campo.

Tratando-se dessas ações públicas e com base no Ministério da Educação – MEC, é importante retratarmos a historicidade da criação das mesmas. A escola Ativa foi criada em 1997, seguindo as orientações das Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo, tendo como objetivo, auxiliar pedagogicamente as classes multisseriadas das escolas do campo. “Entre as principais estratégias estão: implantar nas escolas recursos pedagógicos que estimulem a construção do conhecimento do aluno e capacitar professores.”. O Pronera – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, segundo o INCRA, foi criado em 16 de abril de 1998, por meio da Portaria Nº. 10/98 e do Ministério Extraordinário de Política Fundiária, vinculando ao Gabinete do Ministro, e apenas no ano de 2001, o mesmo foi incorporado ao INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. O Projovem Campo – Saberes da terra, foi implementado em 2015, e de acordo com o MEC,

oferece qualificação profissional e escolarização aos jovens agricultores familiares de 18 a 29 anos que não concluíram o ensino fundamental. O programa visa ampliar o acesso e a qualidade da educação à essa parcela da população historicamente excluídas do processo educacional, respeitando as características, necessidades e pluralidade de gênero, étnico-racial, cultural, geracional, política, econômica, territorial e produtivas dos povos do campo.

O Procampo tem como objetivo

apoiar técnico e financeiramente os Estados, Distrito Federal e Municípios para a implementação da política de educação do campo, visando à ampliação do acesso e a qualificação da oferta da educação básica e superior, por meio de ações para a melhoria da infraestrutura das redes públicas de ensino, a formação inicial e continuada de professores, a produção e a disponibilização de material específico aos estudantes do campo e quilombola, em todas as etapas e modalidades de ensino.

Para tanto, e referindo-se as questões da Reforma Agrária que fazem parte da trajetória dos povos camponeses, é importante destacar que, de acordo com o INCRA, 2001,

A Reforma agrária é o conjunto de medidas para promover a melhor distribuição da terra mediante modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento de produção (Estatuto da Terra - Lei nº 4504/64).

Atendendo às diretrizes estabelecidas no II Programa Nacional de Reforma Agrária, implantado em 2003, a reforma agrária é parte de um projeto nacional de desenvolvimento, massivo e de qualidade, geradora de trabalho e produtora de alimentos.

A Reforma Agrária faz parte da luta do povo campestre pela redistribuição das terras que se aglomeram nas mãos dos grandes latifundiários, propondo a redemocratização das mesmas, assim como dispõe o Artigo 1º, da Lei nº 4.504, de 30 de Novembro de 1964, § 1º “Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade.”.

Entretanto pode-se identificar que, mesmo o ideário da Reforma Agrária dispendo de preliminares que permitiriam o desenvolvimento populacional em prol do aumento de possibilidades de emprego e melhores condições de vida, bem como o acesso e permanência dos campestres nas propriedades rurais, é visível que ainda existem descasos quando se trata dessa região, sejam pelos âmbitos econômicos, políticos, sociais ou educacionais.

2.2. LEGALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO QUILOMBOLA

Um dos elementos de referência para se discutir o campo está na vinculação das comunidades quilombolas ao INCRA. Este é o órgão que, segundo o Decreto nº 4.887, de 2003, na esfera federal, é responsável pela titulação dos territórios quilombolas, tendo como “missão prioritária [...] executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional”, ou seja, “desenvolve trabalhos que abrangem estudos para o zoneamento do país em regiões homogêneas - do ponto de vista socioeconômico e das características da estrutura agrária.” (INCRA).

Nas comunidades quilombolas, é notório que a existência de uma especificidade da educação do campo; a transmissão de saberes e da própria cultura, sendo ela diferenciada na sua forma de difusão, pois, a mesma se dá através da comunicação oral, marcada culturalmente pelos seus ancestrais, ao contrário da educação urbana, a qual é predominantemente escrita. Vale lembrar que, de acordo com o Decreto 4887/2003,

consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

Mediante essa conceituação, destaca-se, portanto, a Educação Quilombola a qual busca a proliferação e perpetuação de seus conhecimentos por gerações, buscando entender a história do seu povo, bem como alguns acontecimentos atuais que são reflexos de eventos passados, a exemplo da discriminação racial; além de contribuir para o modo de vida das pessoas nessas comunidades. Fatores estes, que estão exposto de maneira mais detalhada na Resolução nº 8, de 20 de Novembro de 2012 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, nos Artigos 7 e 8.

Art. 7º A Educação Escolar Quilombola rege-se nas suas práticas e ações políticopedagógicas pelos seguintes princípios:

I - direito à igualdade, liberdade, diversidade e pluralidade;

II - direito à educação pública, gratuita e de qualidade;

III - respeito e reconhecimento da história e da cultura afro-brasileira como elementos estruturantes do processo civilizatório nacional;

IV - proteção das manifestações da cultura afro-brasileira;

V - valorização da diversidade étnico-racial;

VI - promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, credo, idade e quaisquer outras formas de discriminação;

VII - garantia dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais, ambientais e do controle social das comunidades quilombolas;

VIII - reconhecimento dos quilombolas como povos ou comunidades tradicionais;

XIX - conhecimento dos processos históricos de luta pela regularização dos territórios tradicionais dos povos quilombolas;

X - direito ao etnodesenvolvimento entendido como modelo de desenvolvimento alternativo que considera a participação das comunidades quilombolas, as suas tradições locais, o seu ponto de vista ecológico, a sustentabilidade e as suas formas de produção do trabalho e de vida;

XI - superação do racismo – institucional, ambiental, alimentar, entre outros – e a eliminação de toda e qualquer forma de preconceito e discriminação racial;

XII - respeito à diversidade religiosa, ambiental e sexual;

XV - superação de toda e qualquer prática de sexismo, machismo, homofobia, lesbofobia e transfobia;

XVI - reconhecimento e respeito da história dos quilombos, dos espaços e dos tempos nos quais as crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos quilombolas aprendem e se educam;

XVII - direito dos estudantes, dos profissionais da educação e da comunidade de se apropriarem dos conhecimentos tradicionais e das formas de produção das comunidades quilombolas de modo a contribuir para o seu reconhecimento, valorização e continuidade;

XVIII - trabalho como princípio educativo das ações didático-pedagógicas da escola;

XIX - valorização das ações de cooperação e de solidariedade presentes na história das comunidades quilombolas, a fim de contribuir para o fortalecimento das redes de colaboração solidária por elas construídas;

XX - reconhecimento do lugar social, cultural, político, econômico, educativo e ecológico ocupado pelas mulheres no processo histórico de organização das comunidades quilombolas e construção de práticas educativas que visem à superação de todas as formas de violência racial e de gênero.

Art. 8º Os princípios da Educação Escolar Quilombola deverão ser garantidos por meio das seguintes ações:

I - construção de escolas públicas em territórios quilombolas, por parte do poder público, sem prejuízo da ação de ONG e outras instituições comunitárias;

II - adequação da estrutura física das escolas ao contexto quilombola, considerando os aspectos ambientais, econômicos e socioeducacionais de cada quilombo;

- III - garantia de condições de acessibilidade nas escolas;
- IV - presença preferencial de professores e gestores quilombolas nas escolas quilombolas e nas escolas que recebem estudantes oriundos de territórios quilombolas;
- V - garantia de formação inicial e continuada para os docentes para atuação na Educação Escolar Quilombola;
- VI - garantia do protagonismo dos estudantes quilombolas nos processos político pedagógicos em todas as etapas e modalidades;
- VII - implementação de um currículo escolar aberto, flexível e de caráter interdisciplinar, elaborado de modo a articular o conhecimento escolar e os conhecimentos construídos pelas comunidades quilombolas;
- VIII - implementação de um projeto político-pedagógico que considere as especificidades históricas, culturais, sociais, políticas, econômicas e identitárias das comunidades quilombolas;
- IX - efetivação da gestão democrática da escola com a participação das comunidades quilombolas e suas lideranças;
- X - garantia de alimentação escolar voltada para as especificidades socioculturais das comunidades quilombolas;
- XI - inserção da realidade quilombola em todo o material didático e de apoio pedagógico produzido em articulação com a comunidade, sistemas de ensino e instituições de Educação Superior;
- XII - garantia do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei nº 9394/96, com a redação dada pelas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, e na Resolução CNE/CP nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 3/2004;
- XIII - efetivação de uma educação escolar voltada para o etnodesenvolvimento e para o desenvolvimento sustentável das comunidades quilombolas;
- XIV - realização de processo educativo escolar que respeite as tradições e o patrimônio cultural dos povos quilombolas;
- XV - garantia da participação dos quilombolas por meio de suas representações próprias em todos os órgãos e espaços deliberativos, consultivos e de monitoramento da política pública e demais temas de seu interesse imediato, conforme reza a Convenção 169 da OIT;
- XVI - articulação da Educação Escolar Quilombola com as demais políticas públicas relacionadas aos direitos dos povos e comunidades tradicionais nas diferentes esferas de governo. (p.5 – 6).

Quanto à organização da educação escolar quilombola, ainda com base na Resolução nº8, de 20 de Novembro de 2008, nos artigos 10 e 11,

Art. 10 A organização da Educação Escolar Quilombola, em cada etapa da Educação Básica, poderá assumir variadas formas, de acordo com o art. 23 da LDB, tais como:

- I - séries anuais;
- II - períodos semestrais;
- III - ciclos;
- IV - alternância regular de períodos de estudos com tempos e espaços específicos;
- V - grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

Art. 11 O calendário da Educação Escolar Quilombola deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas, econômicas e socioculturais, a critério do respectivo sistema de ensino e do projeto político-pedagógico da escola, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto na LDB.

§ 1º O Dia Nacional da Consciência Negra, comemorado em 20 de novembro, deve ser instituído nos estabelecimentos públicos e privados de ensino que ofertam a Educação Escolar Quilombola, nos termos do art. 79-B da LDB, com redação dada

pela Lei nº 10.639/2003, e na Resolução CNE/CP nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 3/2004.

§ 2º O calendário escolar deve incluir as datas consideradas mais significativas para a população negra e para cada comunidade quilombola, de acordo com a região e a localidade, consultadas as comunidades e lideranças quilombolas. (p.7).

De acordo com esses Artigos, observamos o quanto a Educação Quilombola esta interligada com o modo de vida das comunidades remanescentes de quilombos, permitindo aos descendentes de matriz africana um aprendizado institucional com referência cultural, econômica, social e política, trabalhando os valores presentes em sua história, bem como um calendário escolar próprio as peculiaridades dessa região, trazendo legalmente aspectos relevantes para o desenvolvimento sustentável dessas comunidades, inserindo no contexto escolar a realidade da comunidade, a história dos patrimônios culturais e a luta pela resistência.

Nesse âmbito educacional e de acordo com o MEC, atualmente existem 16 escolas quilombolas no Estado de Sergipe, sendo três delas localizadas no povoado Mussuca, município de Laranjeiras – SE. Mesmo contendo tantas ações em defesa de uma educação para o campo, bem como um currículo e leis que abrangessem o ensino da cultura africana, identificamos, de acordo com o MEC, de uma população de aproximadamente 29.130 pessoas, há cerca de 3.321 pessoas analfabetas no município de Laranjeiras. Se compararmos esse indicador com os números apresentados de analfabetismo presente nos demais municípios com o estimativo populacional ente 25.000 e 30.000 pessoas de acordo com o senso do Todos pela Educação, em 2010, verificamos o número acentuado de pessoas sem escolaridade nesses municípios, sendo Laranjeiras o 4º Município com um grande indicador de analfabetismo. (Ver gráfico abaixo).

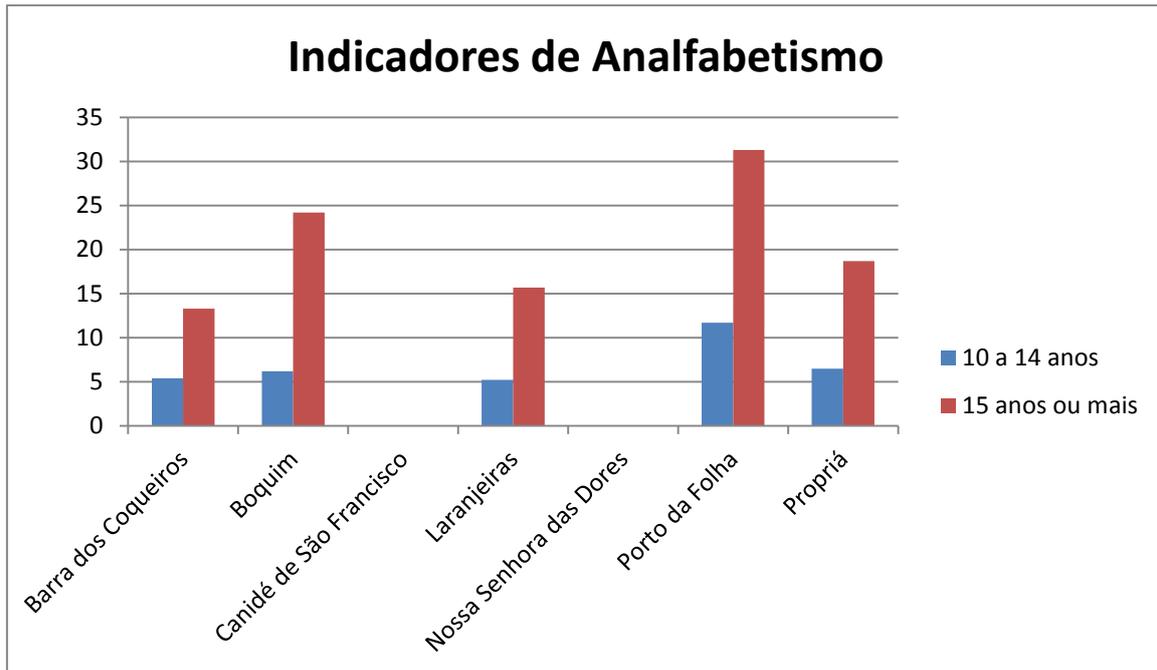


Gráfico 3. Fonte: IBGE. 2015.

Para tanto, e se tratando de uma comunidade com matriz africana, de acordo com o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, contido no portal do MEC, apresenta

A Lei 10639, que estabelece o ensino da História da África e da Cultura afrobrasilera nos sistemas de ensino, foi uma das primeiras leis assinadas pelo Presidente Lula. Isto significa o reconhecimento da importância da questão do combate ao preconceito, ao racismo e à discriminação na agenda brasileira de redução das desigualdades. [...] E, posteriormente, a Lei 11645, que dá a mesma orientação quanto à temática indígena, não são apenas instrumentos de orientação para o combate à discriminação. São também Leis afirmativas, no sentido de que reconhecem a escola como lugar da formação de cidadãos e afirmam a relevância de a escola promover a necessária valorização das matrizes culturais que fizeram do Brasil o país rico, múltiplo e plural que somos.

Entretanto, o que está legalmente previsto não está sendo cumprido se analisarmos os currículos de grande parte das escolas quilombolas, as quais só preveem o ensino da história da África e da Cultura afro-brasileira em um determinado período, sendo esta uma história tão longa e que, por referir-se às matrizes da comunidade Mussuca, deveria ser trabalhada ao preceder de todo o ano letivo. Além disso, o trabalho com a história de um povo culturalmente marcado pelas discriminações raciais, sociais, culturais, sendo essas de caráter

político, econômico ou religioso é de grande importância para o fortalecimento da identidade dessas pessoas, a fim de que estas sejam engajadas na luta por seus direitos.

2.3. INDICADORES DE ANALFABETISMO NO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS - SE

Para a veracidade dessas questões, veremos abaixo o quantitativo dos indicadores de analfabetismo no Município de Laranjeiras, no Estado de Sergipe, região estudada e analisada posteriormente. Estes identificadores estarão divididos por faixa etária, apresentando o total de pessoas que não sabem ler e escrever, de acordo com o Censo Demográfico 2010.

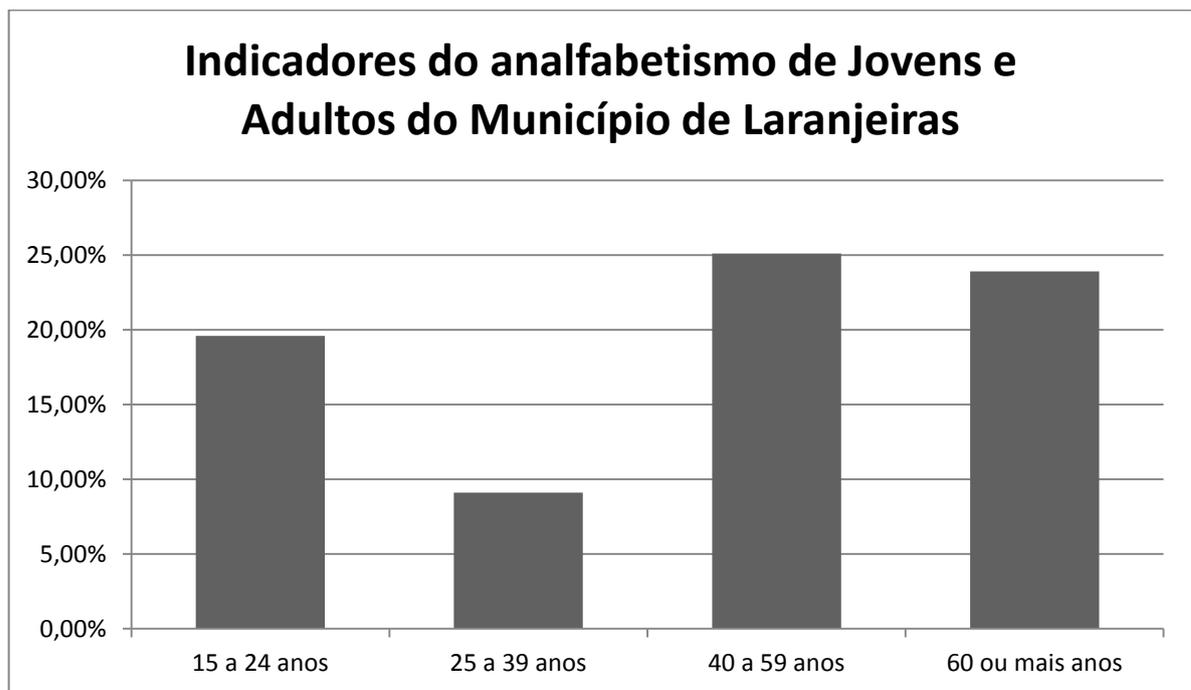


Gráfico 4. Fonte: IBGE. 2010.

Esse gráfico nos apresenta o número acentuado de pessoas com mais de 40 anos que não sabem ler e escrever, o que se supõe dizer que o acesso e permanência nas escolas em aproximadamente três décadas atrás eram mais difíceis que nos últimos anos.

De acordo com os dados do IBGE a seguir, em relação ao município de Laranjeiras, nos é perceptível o número acentuado de pessoas que não sabem ler e escrever, dentre todas

as etnias apresentadas, com maior porcentagem de etnia preta, exemplificados nos quadros abaixo.

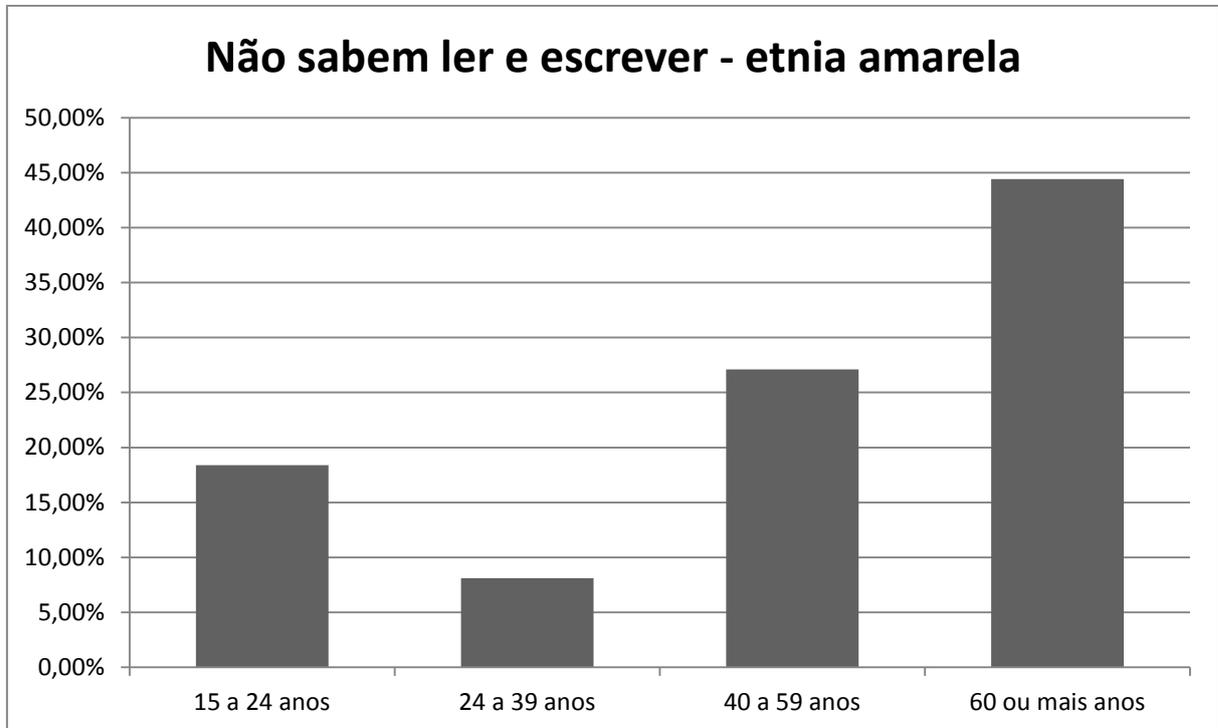


Gráfico 5. Fonte: IBGE. 2010.

Totais de 66 pessoas que se determinaram de etnia amarela não sabem ler e escrever.

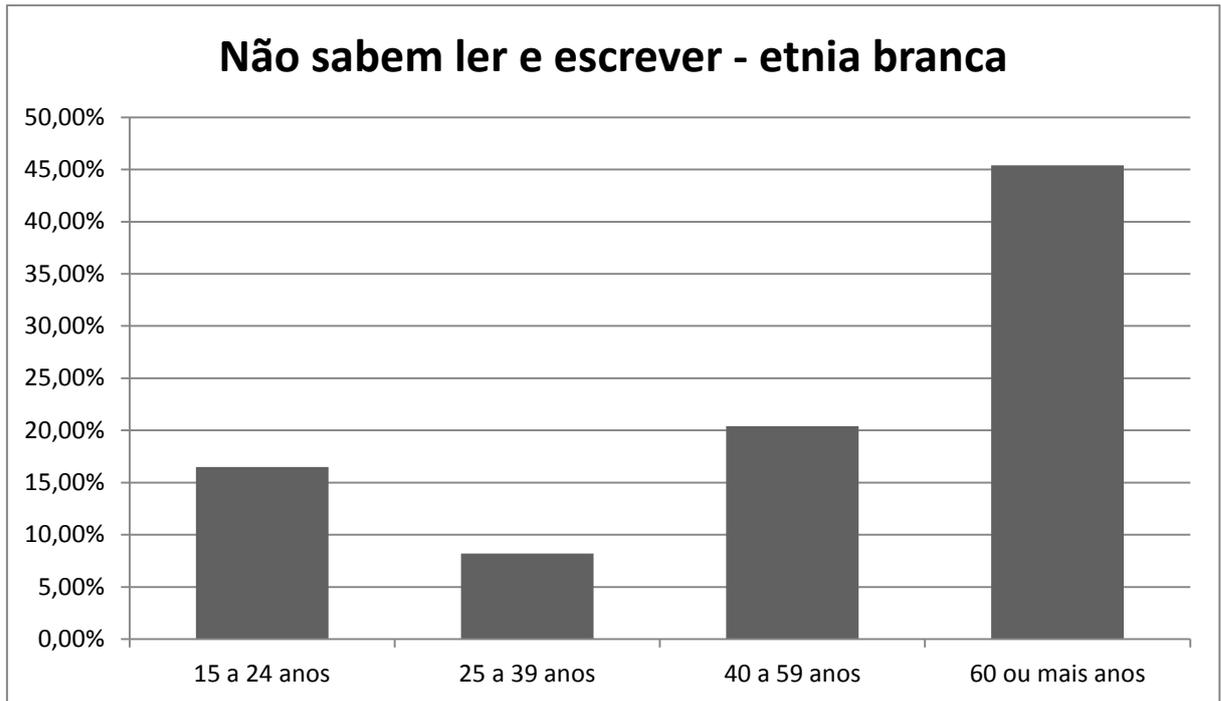


Gráfico 6. Fonte: IBGE. 2010.

Totais de 744 pessoas que se determinaram de etnia branca não sabem ler e escrever.

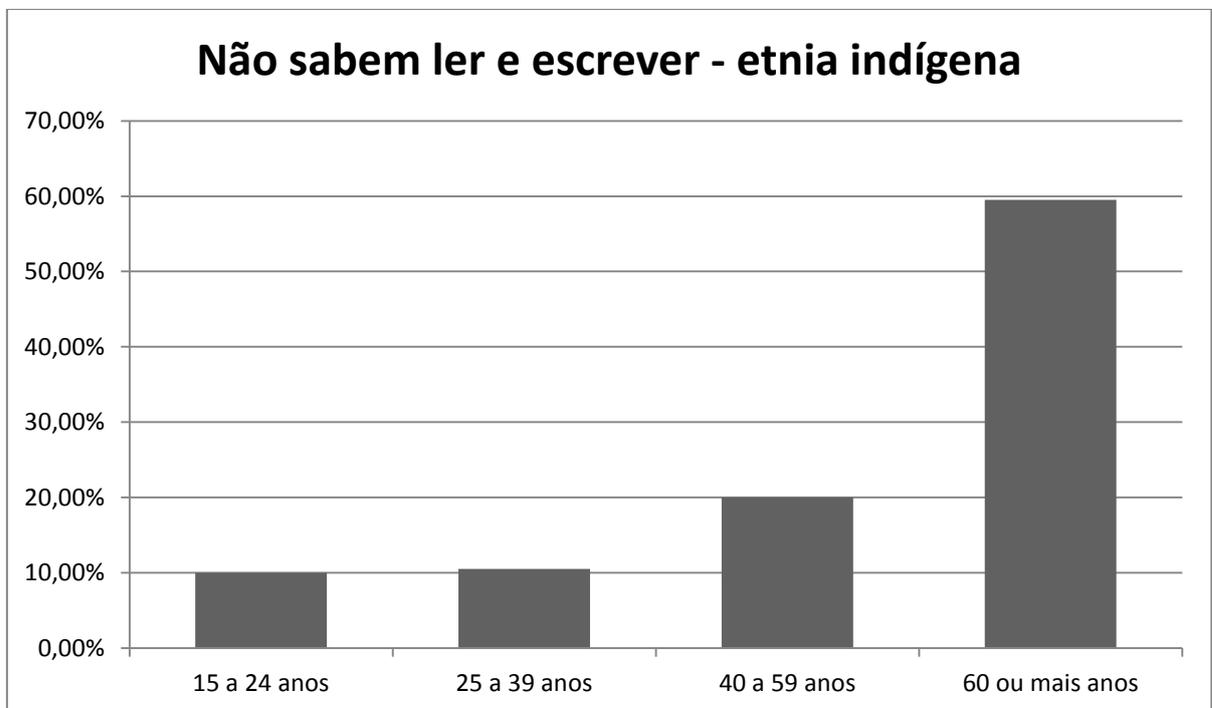


Gráfico 7. Fonte: IBGE. 2010.

Totais de 16 pessoas que se determinaram de etnia indígena não sabem ler e escrever.

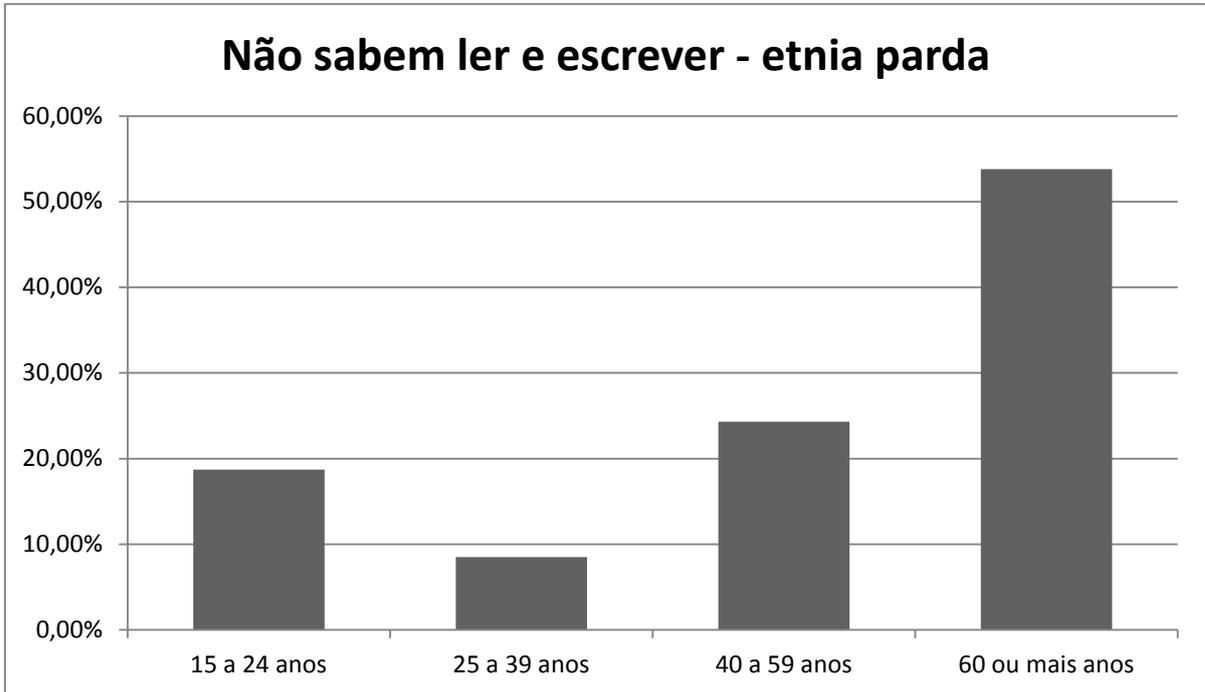


Gráfico 8. Fonte: IBGE. 2010.

Totais de 3.640 pessoas que se determinaram de etnia parda não sabem ler e escrever.

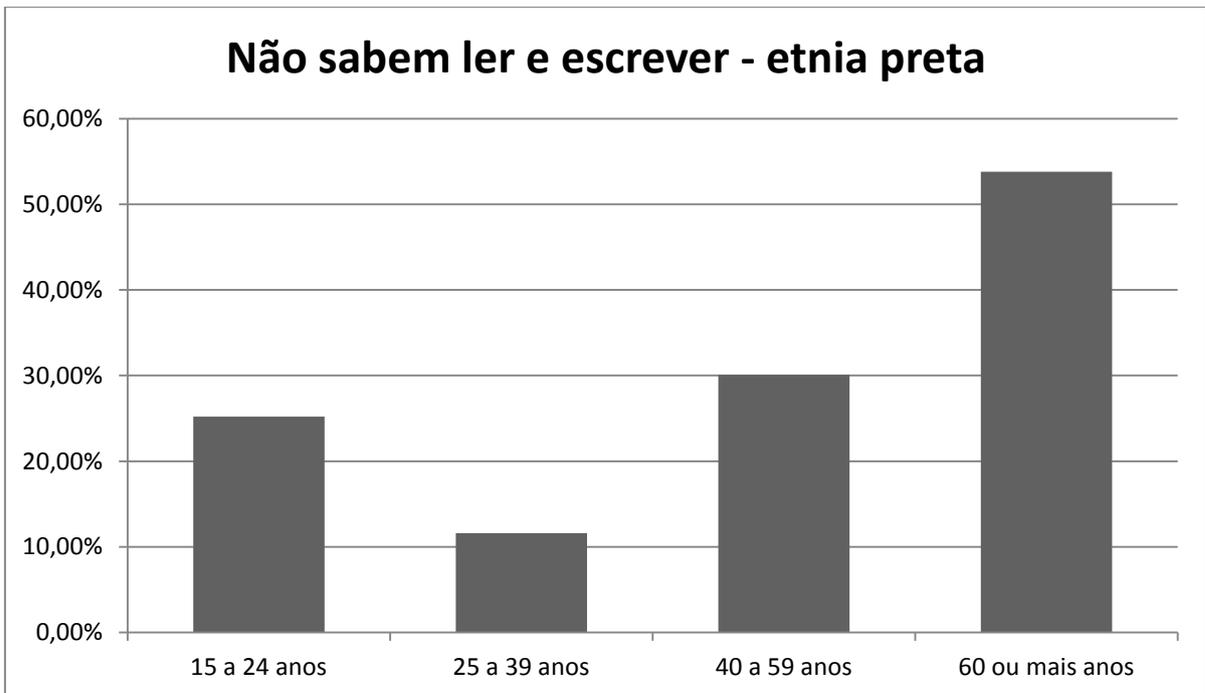


Gráfico 9. Fonte: IBGE. 2010.

Totais de 1.500 pessoas que se determinaram de etnia preta não sabem ler e escrever.

Com os gráficos apresentados acima há um número elevado de pessoas acima de 40 anos que não sabem ler e escrever, bem como um número acentuado de pessoas que se determinaram de etnia parda com a característica acima descrita. É importante destacar que de acordo com esses dados do IBGE é utilizada a nomenclatura “preta” e não o negro, o que justifica a explicação posterior ter a utilização do termo “etnia preta”. Portanto, mediante esses quadros percebemos que da população em 2010 de 26.902 pessoas (fonte: IBGE), 5.966 pessoas não sabem ler e escrever, sendo que de acordo com os dados do IBGE, 5.645 pessoas residem no meio rural e 21.257 no meio urbano. Com isso, compreendemos que por mais que a maior parcela da população se concentre no meio urbano, onde o acesso às escolas ditas de melhor qualidade é facilitado, ainda há um grande número de pessoas analfabetas consideradas pardas e pretas.

Tratando-se quanto ao percentual de pessoas com relação a sua etnia, ainda percebe-se a presença de aspectos culturais referentes aos períodos históricos da escravidão e pós-escravismo, no qual são evidenciadas as distinções que há entre as classes sociais visivelmente marcadas durante toda a sociedade e, que esclarece a situação dificultosa de acesso e permanência dos negros nas escolas, já que os mesmos eram tratados como objetos de troca e venda, incapazes de aprender. Portanto, é diante do pseudo discurso da democracia racial, que identificamos a oposição que há entre o que é conceituado, e o que esta visivelmente posto.

Realizando um comparativo com os dados apresentados anteriormente, veremos a seguir os indicadores do Todos Pela Educação que nos mostram os dados educacionais do Brasil, do estado de Sergipe e do Município de Laranjeiras referentes ao ano de 2014:

MATRÍCULAS			
	BRASIL	SERGIPE	LARANJEIRAS
ANOS INICIAIS	15.699.483	195.921	2.753
ANOS FINAIS	12.760.184	153.843	2.198

ENSINO MÉDIO	8.300.189	81.772	1.136
--------------	-----------	--------	-------

Fonte: MEC/INEP

TAXA DE ABANDONO			
	BRASIL	SERGIPE	LARANJEIRAS
ANOS INICIAIS	1,1	2,2	2,4
ANOS FINAIS	3,5	6,7	8,1
ENSINO MÉDIO	7,6	12,9	26,4

Fonte: MEC/INEP/DTDIE

TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE			
	BRASIL	SERGIPE	LARANJEIRAS
ANOS INICIAIS	14,1	24,5	21,1
ANOS FINAIS	27,3	45,4	50
ENSINO MÉDIO	28,2	42,6	64,3

Fonte: MEC/INEP/DTDIE

TAXA DE REPROVAÇÃO			
	BRASIL	SERGIPE	LARANJEIRAS
ANOS INICIAIS	6,2	11,4	10
ANOS FINAIS	11,7	23,6	28,6
ENSINO MÉDIO	12,1	15,1	23,6

Fonte: MEC/INEP/DTDIE

TAXA DE ANALFABETISMO			
	BRASIL	SERGIPE	LARANJEIRAS
10 A 14 ANOS	6,2	3,6	-
15 ANOS OU MAIS	11,7	16,9	-

Fonte: IBGE / Ano: 2013

Refletindo que, em um número total referente à 15.699.483 crianças matriculadas no Brasil nos anos iniciais, aproximadamente 53% estão no Ensino Médio. De acordo com as matrículas referentes ao Estado de Sergipe, de 195.921 crianças nos anos iniciais, aproximadamente 42% estão no Ensino Médio. Já referente ao Município de Laranjeiras, de 2.753 crianças matriculadas nos anos iniciais, apenas 41%, aproximadamente estão matriculados no Ensino Médio. Ou seja, quase metade daqueles que iniciaram o ensino nos anos iniciais não foram matriculados no Ensino Médio de acordo com a porcentagem nas três esferas, o que reflete no grande aumento nas taxas de abandono.

Já com relação às taxas de distorção idade-série, fica evidente a duplicação das porcentagens referentes aos dados dos anos iniciais para o ensino médio tanto no Brasil, quanto em Sergipe e em Laranjeiras. Quanto às taxas de reprovação percebemos que as porcentagens permaneceram duplicadas quanto ao Brasil e ao Município de Laranjeiras, entretanto quanto ao Estado de Sergipe houve o aumento de apenas de 3,7% de reprovação.

De acordo com a taxa de analfabetismo, no ano de 2013, com relação ao Brasil, houve aproximadamente uma duplicação da porcentagem referente aos jovens de 15 anos ou mais sem escolaridade. Já com relação ao Estado de Sergipe pode-se observar que houve um aumento exorbitante de jovens com 15 anos ou mais em comparação a porcentagem de crianças e pré-adolescentes de 10 a 14 anos. Nos dados do Todos pela Educação não há a taxa de analfabetismo quanto ao Município de Laranjeiras, entretanto, de acordo com o senso do IBGE em 2010, a taxa de pessoas analfabetas de 15 anos ou mais é de 21,9%, ou seja, na faixa de 6.380 pessoas, uma porcentagem já elevada se compararmos com as taxas de 3 anos

posteriores. Fator que merece ser refletido, já que se trata de uma parcela da população fora da idade escolar normatizada.

Com um número elevado de pessoas sem escolaridade no Município de Laranjeiras, e mesmo tendo programas de EJA na localidade, ainda percebe-se que há pouca procura por essa modalidade, mesmo que a Lei Nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, assegure em seu Art. 37, “a educação de jovens e adultos [...] destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”, e estabeleça em seus incisos que

§ 1º os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008).

Por meio da LDB, percebemos que há a garantia de um ensino pautado nas peculiaridades daquelas pessoas que não concluíram os estudos nos períodos pré-determinados, entretanto percebemos que, quando esse fator está relacionado às escolas urbanas, a EJA é executada conforme a lei, entretanto, é importante observar que, quando a EJA é destinada as escolas de educação do campo, os ensinamentos continuam pautados na educação urbana, o que se repete quanto se trata da EJA nos quilombos, onde para o ensino se atribuem outros aspectos relacionados aos históricos culturais, político, religioso e social, trabalhando o discurso da democracia racial, além dos históricos antropológicos da sua construção.

CAPITULO III

AS QUESTÕES DA POLITICA ETNICO RACIAL E O ENSINO DE EJA NO POVOADO QUILOMBOLA MUSSUCA

Mediante as questões retratadas anteriormente, se exemplifica a especificidade da educação do campo criada a fim de que fosse preservado o ensino da ancestralidade africana, ou seja, a educação quilombola, a qual trabalha a educação vivenciada no campo, remetendo-se aos fatores culturais e as identidades de matriz africana. É essencial que nas comunidades quilombolas existam a transmissão de saberes e da própria cultura, sendo ela diferenciada na sua forma de difusão, pois, a mesma se dá através da comunicação oral, marcada culturalmente pelos seus ancestrais, ao contrário da educação urbana, a qual é predominantemente escrita. A Educação Quilombola busca a proliferação e perpetuação de seus conhecimentos por gerações, buscando entender a história do seu povo, bem como acontecimentos recentes que são conseqüências de eventos passados, a exemplo da discriminação racial, que ainda é tão presente na sociedade atual.

No âmbito educacional e de acordo com o MEC, atualmente existem 16 escolas quilombolas no Estado de Sergipe, sendo três delas localizadas no povoado Mussuca, município de Laranjeiras – SE. Mesmo contendo tantas ações em defesa de uma educação para o campo, bem como um currículo e leis que abrangessem o ensino da cultura africana, identifica-se, de acordo com o MEC, cerca de 3.321 pessoas analfabetas no município de Laranjeiras.

Segundo o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, contido no portal do MEC, apresenta

A Lei 10.639, que estabelece o ensino da História da África e da Cultura afro-brasileira nos sistemas de ensino, foi uma das primeiras leis assinadas pelo Presidente Lula. Isto significa o reconhecimento da importância da questão do

combate ao preconceito, ao racismo e à discriminação na agenda brasileira de redução das desigualdades. [...] E, posteriormente, a Lei 11645, que dá a mesma orientação quanto à temática indígena, não são apenas instrumentos de orientação para o combate à discriminação. São também Leis afirmativas, no sentido de que reconhecem a escola como lugar da formação de cidadãos e afirmam a relevância de a escola promover a necessária valorização das matrizes culturais que fizeram do Brasil o país rico, múltiplo e plural que somos.

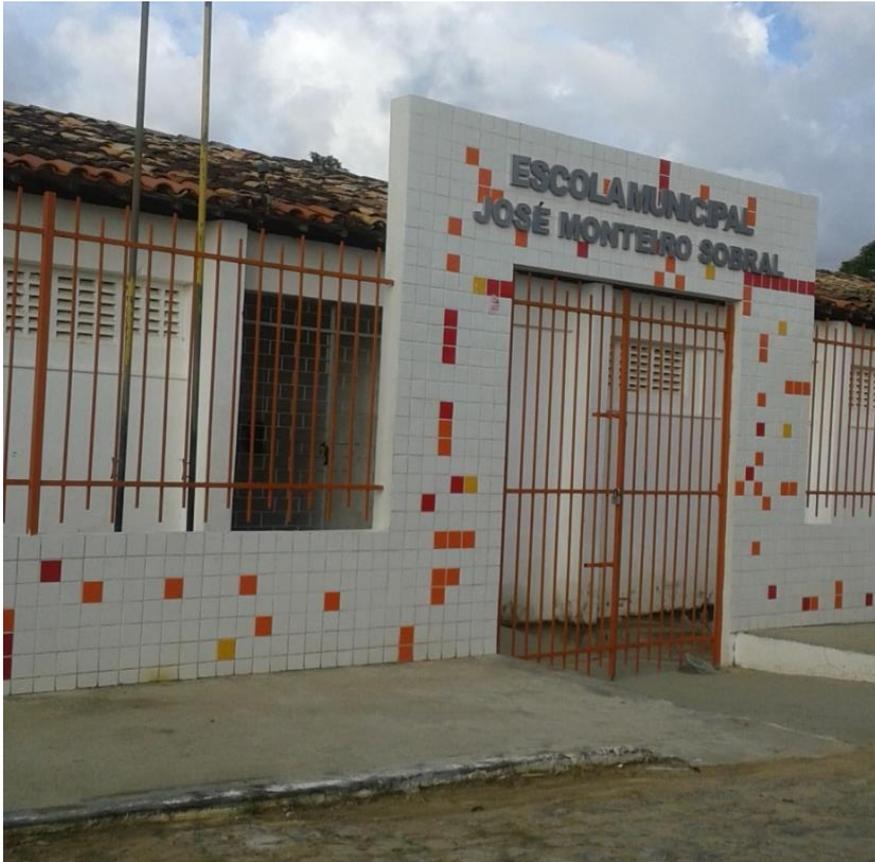
Contudo, o que está legalmente previsto não está sendo cumprido se analisarmos os currículos das escolas quilombolas, as quais só preveem o ensino da história da África e da Cultura afro-brasileira em um determinado período (geralmente no dia da consciência negra), sendo esta uma história tão longa e que, por referir-se às matrizes da comunidade Mussuca, deveria ser trabalhada ao preceito do ano letivo. Com isso, nos é perceptível a ausência de uma situação primordial para que essa lei pudesse ser cumprida, a formação dos professores.

Como amostra da pesquisa, realizamos observações na Escola Municipal José Monteiro Sobral, a qual foi fundada em 09 de Fevereiro de 1988, tendo como órgão mantedor a Prefeitura Municipal de Laranjeiras. O prédio foi construído e inaugurado no mandato do Prefeito José Monteiro Sobral que atuou na administração do município de 1983 a 1988, sendo posteriormente vereador de Laranjeiras, e teve seu nome homenageado por meio da instituição.



Fonte: Acervo do autor. 2016.

Escola Municipal José Monteiro Sobral, no povoado Mussuca / Laranjeiras (SE).



Fonte: Acervo do autor. 2016.

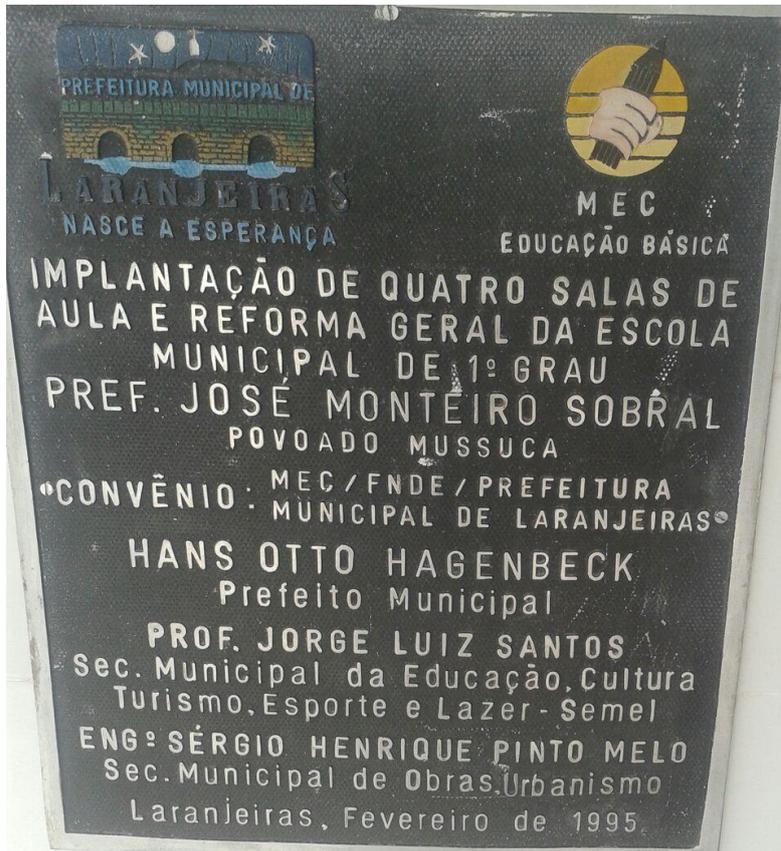
Entrada da Escola Municipal José Monteiro Sobral, no povoado Mussuca / Laranjeiras (SE).

A escola oferece as seguintes esferas educacionais: Educação Infantil, Ensino Fundamental e, em 216 voltou a ofertar a Educação de Jovens e Adultos, e atende a 440 alunos, de maioria da própria comunidade; possui o organograma de 42 funcionários, sendo estes: 01 diretor, 01 secretário, 01 auxiliar administrativo, 27 professores (todos com nível superior completo), 03 merendeiras, 06 auxiliares de serviços gerais, e 02 vigilantes.

A tabela em seguida contará com o “Demonstrativo do número de alunos por modalidade/ano/série 2016”, da Secretaria Municipal da Educação, com relação à Escola Municipal José Monteiro Sobral:

Pré Escolar	1º Ano E.F.	2º Ano E.F.	3º Ano E.F.	4º Ano E.F.	5º Ano E.F.	6º Ano E.F.	7º Ano E.F.	8º Ano E.F.	9º Ano E.F.	EJAEF II	Total
41	11	28	37	29	50	108	26	33	23	17	403

No Regimento Escolar e no Projeto Político Pedagógico – PPP da escola identificamos os seguintes programas que a mesma possui: o PDDE, o PDE Escola, o Mais Educação, o Mais Cultura, e o Programa Saúde na Escola.



Fonte: Acervo do autor. 2016.

Placa após reforma, em 1995, na Escola Municipal José Monteiro Sobral, no povoado Mussuca / Laranjeiras (SE).



Fonte: Acervo do autor. 2016.

Plana após reforma, em 2015, na Escola Municipal José Monteiro Sobral, no povoado Mussuca / Laranjeiras (SE).

Tendo como objetivo geral desta pesquisa verificar se há políticas públicas de educação do campo / modalidade EJA na Mussuca, se estas têm como referência as questões raciais, além dos princípios de educação do campo aceitáveis para erradicar o número acentuado de analfabetismo nessa comunidade quilombola e os objetivos específicos de identificar as políticas públicas de educação de jovens e adultos existentes nas escolas do

quilombo, compreender os motivos do analfabetismo acentuado na população da comunidade quilombola Mussuca, e analisar o que ocasionou a necessidade da EJA na região, foi constatado através do PPP da instituição, que a Escola Municipal José Monteiro Sobral não contemplada nenhuma Política Pública de Educação do campo / modalidade EJA, mas existe nela o programa de EJA.

Entretanto, verifica-se que essa modalidade educacional não tem referência aos processos educacionais com discurso étnico-racial mediante o reconhecimento local de uma comunidade quilombola, o que justifica tanto o desconhecimento por parte dos professores e consequentemente por parte dos alunos sobre as matrizes da sua cultura, quanto o elevado número de evasão que interfere no aumento do número de pessoas não escolarizadas. A partir dessa informação, verificamos que, no ano de 2016, apenas 26 pessoas estão matriculadas na única turma de EJA, sendo estas, de faixa etária acima de 15 anos.

Segundo o coordenador pedagógico o maior motivo dos alunos em estarem na EJA é a falta de interesse e, portanto a evasão de muitos. Um fator bastante interessante, já que, ainda segundo o mesmo, nenhum deles trabalham, e, portanto estudam na EJA pelo turno da tarde. É importante ressaltar que há alunos tanto do povoado Mussuca quanto no povoado próximo chamado Cedro. Ou seja, com esse relato podemos identificar o descaso que há com relação a esses jovens e adultos não escolarizados, pois existe apenas uma escola que oferece esse tipo de ensino tanto para as pessoas não escolarizadas no povoado Mussuca quanto para o povoado Cedro.

Todavia, faz-se necessário relatar que, mesmo a EJA não contemplando essas especificidades, a Prefeitura Municipal de Laranjeiras possui um documento que discorre sobre a “Implementação Metodológica da Educação de Jovens e Adultos – EJA”, que retrata em seu tópico VI sobre “as recomendações/compromissos necessários para a consolidação da EJA como Política Pública”, ou seja, mesmo a escola não tendo uma Política Pública própria para essa modalidade, já existem ideias a respeito dessa consolidação da EJA como Política Pública. (Ver documento em Anexo).

Portanto, além desses fatores, e para que a lei nessa escola fosse executada, evidentemente que se fizera necessário várias ações complementares, sendo uma delas a formação continuada, a fim de que esses professores fossem capacitados para adquirirem conhecimentos adequados para o ensino da cultura afro-brasileira e africana, tanto para essa

modalidade, quanto para as demais turmas, bem como, contribuir nas escolhas dos assuntos a serem trabalhos em sala, além da diversificação das metodologias utilizadas.

A partir dessa condição, o Projeto do Observatório³ foi pensado e esta sendo executado, por meio de uma proposta de formação continuada, oferecendo aos professores, bem como para a população local, conhecimentos sobre a cultura afro-brasileira e africana, até então desconhecidos por eles; já que, mediante o que fora mencionado pelos mesmos, o único conhecimento que obtiveram foi àqueles transmitidos pelos livros didáticos, ou seja, um conhecimento materializado a partir de uma visão da classe dominante, sendo este extremamente limitado e trabalhado em sala, em um curto espaço de tempo, não sido aprofundado, por exemplo, as questões de luta, de resistência, as religiões, e a cultura africana em outros aspectos.



Fonte: Acervo do autor. 2016.

2ª encontro para a formação continuada dos professores da Escola Municipal José Monteiro Sobral, no povoado Mussuca / Laranjeiras (SE).

De acordo com uma das professoras dessa escola, em um momento de diálogo, eles nunca tiveram curso de formação continuada ofertado pela rede Municipal, a não ser os cursos que os próprios professores custearam para terem o mínimo de conhecimento para o seu

³ UFS. Formação de educadoras (es) nas escolas da comunidade quilombola Mussuca-Laranjeiras. In: Observatório de Educação. Educação do Campo e Educação Superior: Uma Análise de Práticas contra-hegemônicas na formação de profissionais da Educação e das Ciências Agrárias nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte. / Capes QBDUC. Edital nº / 2012. UFS. / UNB / UFPA; São Cristóvão, 2015.

trabalho docente. Portanto as questões que tratam das relações étnico-raciais e a escola não passam de documentos registrados, já que na prática essas leis não entram em vigor, desfavorecendo aquelas crianças e jovens que poderiam estar recebendo uma educação de acordo com as características daquela região, conhecendo sua própria cultura, obtendo conhecimentos a respeito da sua ancestralidade, construindo discursos de auto reconhecimento para ajudar no combate ao racismo, a discriminação.

É por não ter uma educação baseada na legislação, na educação quilombola, respeitando as especificidades da educação no campo, ou até mesmo conhecimentos a respeito dos direitos que lhe caibam, que ainda existem muitos analfabetos na região.

Se quando crianças ou jovens, esses ditos analfabetos deixaram os estudos por algum motivo, que não pode ser encontrado devido à greve na escola, impossibilitando o contato com os alunos, e que é na fase adulta que, mesmo a Escola Municipal José Monteiro Sobral ofertando a EJA, tendo um documento legal que contemple as especificidades de uma educação quilombola, muitos não conseguem mais retornarem aos estudos, sejam pelo cansaço de uma rotina exaustiva, sejam por se dedicarem as famílias, ou até mesmo por questões de saúde. É necessário que mesmo a Lei garantisse o acesso e a permanência de Jovens e Adultos nas instituições de ensino, existam ações para a efetivação das mesmas destacando suas especificidades por ser uma escola campesina, em uma região remanescente de quilombo, e assim, talvez erradicar ou diminuir o número acentuado de pessoas não escolarizadas na região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância do espaço escolar na formação da identidade dos sujeitos esta presente desde os primórdios da colonização do Brasil, que deixou explícita a maneira como a sociedade brasileira foi se constituindo, através das classes sociais, bem como, da construção do papel que o negro fora assumindo diante do modelo hierárquico instaurado. Outro fator que pode ser evidenciado socialmente é o de que a população na faixa de pobreza estava centrada nas áreas rurais, sendo estes, brancos, índios, negros, imigrantes, entre outros. Contudo a presença do negro no campo passa a ser marcada a partir das fugas dos escravos para as localidades montanhosas que futuramente vinham a se formar os quilombos.

Portanto, para que a população campesina tivesse uma educação voltada para as suas especificidades, foi criada por meio de muita luta dos movimentos sociais a Educação do campo, ao passo em que a sociedade foi desenvolvendo as distinções estabelecidas pela tonalidade da pele, ou até mesmo pela “raça”, ficaram mais intensas. Portanto, via-se na educação uma maneira para que os negros se igualassem aos dominantes.

Pode-se observar que, a historicidade da educação brasileira não há, culturalmente, a prática de ações voltadas para as especificidades da Educação do campo, em especial, em comunidades quilombolas, a qual é considerada um âmbito educacional voltado para o ensino nas escolas do campo de maneira coesa e coerente com a realidade das pessoas que vivem nessa região. É perceptível que existem projetos que são postos para a Educação, de modo geral, contudo são voltados para a profissionalização, para atender ao mercado de trabalho capitalista. Entretanto, contam-se os projetos que conseguem chegar ao campo, já que na maioria das escolas nos interiores sergipanos, por exemplo, não há condições mínimas e básicas para o desenvolvimento do trabalho pedagógico.

Esse descaso com a educação do campo fica ainda mais visível se traçarmos os nossos olhares para as comunidades quilombolas, que possuem suas matrizes africanas, sendo estas constituídas por meio das fugas dos escravos por não suportarem mais viver aos comandos da classe dominadora, sendo estes, seres escravizados, raptados para longe das suas famílias, para um lugar desconhecido, e que mesmo assim conseguiram ocupar e lutar por seguimentos de terras para sua sobrevivência, como é o caso da Mussuca – povoado reconhecido como quilombola, localizado em Laranjeiras (SE).

Para tanto, o descompasso que há na educação dessa região não está na estruturação da instituição ou no acervo de materiais para o desenvolvimento dos trabalhos nas escolas, mas quanto à qualidade de educação ofertada, tendo como base o modelo educacional urbano, que não condiz com o modelo de vida da população local. Esse pode ser considerado um dos fatores responsáveis pelo insucesso das crianças e jovens nas escolas, que acarreta em um número elevado de analfabetismo.

Se a região é auto reconhecida como uma região quilombola, o correto seria que os tipos de educação ofertados pelas escolas estivessem pautados na educação quilombola, a qual é referenciada na legislação brasileira, e define o ensino da história afro-brasileira e africana nos sistemas de ensino, tendo como pauta a Lei 10.639.

O povoado Mussuca, é uma região bastante conhecida no Estado de Sergipe devido as suas manifestações culturais, tais como, a dança do Grupo São Gonçalo do Amarante, o Samba de Coco, o Reisado e o Samba de Parreira. Além disso, a região é rica em minérios, produtos de extração e produtos alimentícios, principais fontes de renda das famílias que lá residem. Por ter sua matriz africana, e por ser um quilombo, faz-se necessário que o ensino do povoado seja pautado em como se constituiu a cultura daquela população, já que o trabalho que muitos exercem faz parte de um modo de produção de vida; a cultura como aspecto primordial para o reconhecimento da sua identidade; a vida a partir das suas subjetividades. Tratando-se desse eixo, pode-se destacar a questão da identidade de classe, a comunidade de ancestralidade quilombola, a partir das condições materiais de vida, por sua objetividade, criarem a consciência de pertencimento à classe quilombola.

Como amostra da pesquisa, observamos e direcionamos um trabalho com conjunto com a equipe que faz parte do NETE e os professores da Escola Municipal José Monteiro Sobral, com a proposta de realizarmos uma formação continuada para os professores e para toda a comunidade de povoado Mussuca, a fim de retratar a historicidade da formação do povoado, bem como os processos políticos, econômicos e sociais, que refletem culturalmente na vida dessas pessoas. Para isso, é importante evidenciarmos a ausência de políticas públicas referentes à especificidade da educação do campo, bem como da educação quilombola, fator este que pode ser considerado o principal contribuinte para o índice elevado de analfabetismo entre jovens e adultos presentes na região.

É importante ressaltar a existência de um documento elaborado pela Prefeitura Municipal de Laranjeiras (no ano de 2011), que ratifica a importância da acessibilidade desses jovens e adultos ao direito à educação, mesmo existindo a carência de ações mobilizadoras para a concretização da legislação.

Ademais, identificamos que o povoado Mussuca, de acordo com a única escola que oferece a Educação de Jovens e Adultos, não possui políticas públicas que contemple essa modalidade de ensino, apenas programas de EJA, os quais não são suficientes para garantir o acesso e permanência dos jovens e adultos ao ensino, sendo este distanciado da realidade local, não cumprindo nenhuma das legislações específicas para uma comunidade quilombola, ou para uma educação do campo. Talvez seja esse o motivo principal do número acentuado de analfabetismo na região, cabendo a nós realizar uma reflexão sobre a educação brasileira. Será que a educação no Brasil esta sendo democratizada? Onde iremos chegar com o tipo de educação que temos? O que fazer para erradicar o número de analfabetismo no Brasil? São assuntos que devem ser questionados, refletidos e estudados.

REFERÊNCIAS

- ABNT. Institucional. Disponível em: <<http://www.abnt.org.br>>. (Acesso em: 10/12/2012, às 21h24min.).
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues, 1940- **O que é educação** / Carlos Rodrigues Brandão. – 33ªed. – São Paulo: Brasiliense, 1995. (Coleção primeiros passos: 203)
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica** / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. 562p.
- DALFOVO, Michael Samir; LANA, Rogério Adilson; SILVEIRA, Amélia. **Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico**. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.2, n.4, p.0113, Sem II. 2008 ISSN 1980-7031.
- FARIA FILHO, Luciano (org.) **Pensadores sociais e história da educação**. Luciano Faria Filho. / Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 239-256.
- FRANÇA, Evanilson Tavares de; LIMA, Maria Batista. **Mussuca: “o lugar do preto mais preto”**. / Evanilson Tavares de França, Maria Batista Lima. Anais do VI fórum identidades e alteridades e II congresso nacional educação e diversidade. UFS – Itabaiana – SE. ISSN 2176-7033.
- HEFLINGER, José Eduardo. **A Revolta dos Parceiros na Ibicaba**. São Paulo: Unigráfica, 2010.
- IBGE, **Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2014**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.
- LARANJEIRAS. **Território Negro: comunidades quilombolas**. Sergipe/Laranjeiras: CELACUDE, 2006.
- LUSA, Mailiz Garibotti. **Lutas sociais no campo e políticas públicas : do cotidiano, a construção de identidades e a conquista de direito pelas mulheres camponesas** / Mailiz Garibotti Lusa. – Maceió : EDUFAL, 2011. 374p.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto do partido comunista**. In: COGGIOLA, Osvaldo. (org.). Manifesto do partido comunista – Karl Marx e Friedrich Engels. São Paulo: Boitempo, 1998.

MELUCCI, Alberto. **Um objetivo para os movimentos sociais?**. Lua Nova [online]. 1989, n.17, pp. 49-66. ISSN 0102-6445. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n17/a04n17.pdf>>. (Acesso em 22/11/2015, às 09h46min).

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Introdução à história da África**. In: Educação africanidades Brasil. MEC – SECAD – UnB – CEAD – Faculdade de Educação. Brasília. 2006. p. 33-51.

SILVA. Tuane Carolinda Miranda da Silva. **Políticas Públicas Educacionais: impactos para o rendimento escolar na alfabetização**. 2014. 80f. Monografia (Graduação). Departamento de Ciências da Educação. Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Situação social da população negra por estado** / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ; Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. – Brasília : IPEA, 2014. 115 p. : il., gráfs. color.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa**. Caderno CRH, Salvador, n. 39, jul./dez. 2007.

SITES CONSULTADOS

<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=280360&idtema=150&search=sergipe|laranjeiras|extracao-vegetal-e-silvicultura-2014>> (Acesso em 18/12/2015, às 19h30min).

<<http://www.incra.gov.br/quilombola>> (Acesso em 18/12/2015, às 20h05min).

<<http://www.seed.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdEscola=251&cdestrutura=499>>. (Acesso em 19/12/2015, às 11h44min).

<<http://portal.mec.gov.br/educacao-quilombola-/321-programas-e-acoes-1921564125/educacao-quilombola-1712549791/12398-educacao-quilombola-escolas>> (Acesso em 20/12/2015, às 15h18min).

<<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/ibge15mun.pdf>> (Acesso em 20/12/2015, às 16h14min).

<<http://etnicoracial.mec.gov.br/educacao-escolar-quilombola>> (Acesso em 20/12/2015, às 18h56min).

<<http://portal.mec.gov.br/escola-ativa/escola-ativa>> (Acesso em 10/02/2016, às 20h50min).

<<http://etnicoracial.mec.gov.br/educacao-escolar-quilombola>> (Acesso em 11/02/2016, às 20h31min).

<<http://www.brasil.gov.br/educacao/2012/07/censo-2010-mostra-as-diferencas-entre-caracteristicas-gerais-da-populacao-brasileira>> (Acesso em 15/02/2016, às 16h28min).

<<http://www.incra.gov.br/reformaagraria>> (Acesso em 16/02/2016, às 22h30min).

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm> (Acesso em 16/02/2016, às 23h48min).

<<http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/arquivos-pdf/diretrizes-curriculares>> (Acesso em 20/02/2016, às 19h30min).

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> (Acesso em 22/02/2016, às 20h13min).

<http://ejabrasil.com.br/?page_id=98> (Acesso em 01/03/2016, às 22h04min).

ANEXOS